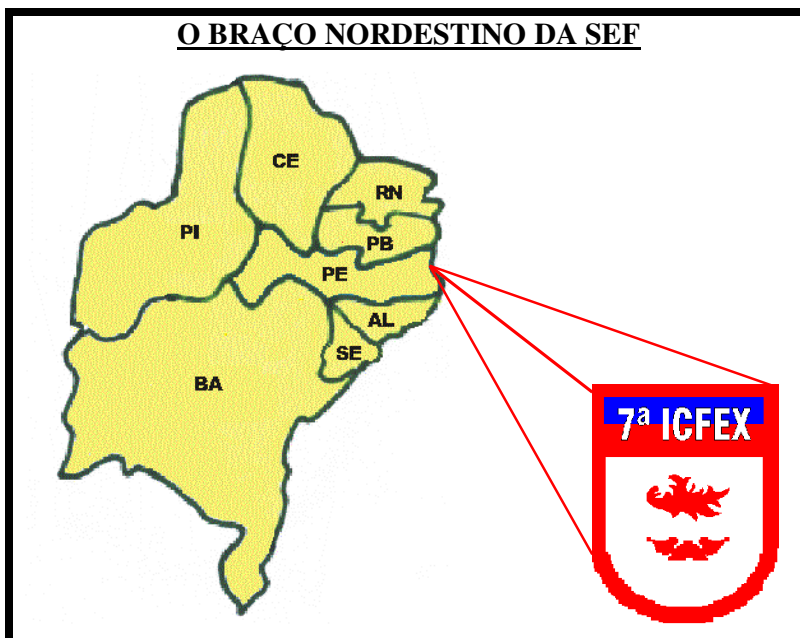




**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)**

O BRAÇO NORDESTINO DA SEF



**COLETÂNEA DOS ANEXOS AO BOLETIM INFORMATIVO Nº 01
(30 DE JANEIRO DE 2009)**

FALE COM A 7ª ICFEx

Correio Eletrônico: 7icfex@eb.mil.br
7icfex-chsecaptec@eb.mil.br
Página Internet: <http://www.7icfex.eb.mil.br>
Telefones: Fixo – (0 XX 81) 3423-7500
RITEX – 870-7180



ÍNDICE

ANEXOS	A S S U N T O S	PÁGINA
“A”	- Adicional de Habilitação, desconto do FuSEx e Pensão Militar, de militares do EST.	2
“B”	- Descentralização de recursos para segurança da obra relativa à integração do Rio São Francisco.	16
“C”	- Diária de asilado	18
“D”	- Julgados e normas do TCU de maior interesse para as UG publicados em Dezembro de 2008.	27
“E”	- Simpósio da Administração da UG 2009 - (Documentos) - MSG SIAFI 2009/0033455, de 07/Jan/09, da SEF; - MSG SIAFI 2009/0131217, de 27/Jan/09, da SEF; - MSG SIAFI 2009/0048343, de 09/Jan/09, da 7ª ICFEx e a - Coletânea contendo os assuntos que serão abordados quando da execução do referido simpósio.	29
“F”	- Responsabilidade previdenciária solidária.	37

ANEXO “A”

ADICIONAL DE HABILITAÇÃO, DESCONTO DO FUSEX E PENSÃO MILITAR, DE MILITARES DO EST

Sobre o assunto em epígrafe, esta Inspetoria encaminhou consulta à SEF, o ofício abaixo transcrito:



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg/7ª RM-1934)

Of. nº 043 – S1

Recife - PE, 10 de julho de 2008.

Do Chefe da 7ª Inspetoria de Contabilidade e
Finanças do Exército.

Ao Sr Subsecretário de Economia e Finanças

Assunto: militares do EST (consulta)

Ref: - Port .Nº 004-SEF, de 06 Nov 02;

1. Versa o presente expediente sobre consulta formulada por UG vinculada a esta Setorial Contábil.

2. A consulta tem origem no Hospital Geral de Fortaleza solicitando informar qual o procedimento correto a ser utilizado, tendo em vista possuir militares do EST promovidos em 31 Ago 06 e com situação remuneratória diferente, já que os militares do EST pertencentes ao HGeF apenas passaram a descontar o FuSEx; enquanto que o militar que se encontra a disposição, naquele nosocômio, recebe o Adicional de Habilitação, e desconta a Pensão Militar e o FuSEx.

3. A UG apresentou a seguinte legislação:

a. **Portaria nº 169-DGP, de 01 de dezembro de 2004 (NT 08-DSM)**

.....
Art 11 Os estágios e cursos realizados por militares temporários são os seguintes:
.....

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009	Pág 3	
----------	--	-------	--

(Of Nº 043-S/1, de 10 de julho de 2008 – continuação:F I-02)

III – Estágio de Adaptação e Serviço (EAS)

IV - Estágio de Serviço Técnico (EST)

Art 12 Os estágios e cursos tem início:

III – EAS, no primeiro bimestre do ano seguinte ao término do curso de graduação [...], conforme convocação fixada anualmente pelo DGP;

VI - EST: em data fixada anualmente pelo DGP;

Art 13 Os estágios tem a seguinte duração:

III – EAS: doze meses

III – EST: doze meses

b. Port 181, de 26 Mar 99

Art 3º Ao oficial da reserva de 2ª classe, quando convocado, será concedida Habilitação Militar de especialização, a título de Especialidade Básica, concluso e Estágio de Instrução:

Parágrafo único. A gratificação a que se refere este artigo, será devida aos oficiais médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários, a partir da data de conclusão do Estágio de Adaptação e Serviço.

c. Lei nº 3.765, de 04 de maio de 1960,

Art 1º São contribuintes obrigatórios de pensão militar, mediante desconto mensal em folha de pagamento, todos os militares das forças armadas.

Parágrafo único – excluem-se do disposto no caput deste artigo:

I – o aspirante da marinha, o cadete do exército e da aeronáutica e o aluno das escolas, centros ou núcleos de formação de oficiais e de praças e das escolas preparatórias e congêneres; e

d. Msg SIAFI 2006/0473166, de 09 de maio de 2006

2. Visando esclarecer possíveis dúvidas a respeito das IG 30-32, informo aos Cmt, Ch, Dir Uv ou OD que, por não serem contribuintes, não fazem jus a assistência médico-hospitalar custeada pelo FuSEx, os seguintes militares:

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	Pág 4	
----------	---	-------	--

(Of Nº 043-S/1, de 10 de julho de 2008 – continuação:F I-03)

.....

b. Os oficiais e Aspirantes-a-Oficial em Estágio de Adaptação e Serviços (EAS) ou em Estágio de Instrução e de Preparação para Oficiais Temporários (EPOT) e os Aspirantes-a-Oficiais e Estágio de Serviço Técnico (EST).

3. Em face do que acima está exposto, por ocasião do primeiro engajamento, da convocação para o Estágio de Instrução e Serviço (EIS), Estágio de Instrução Complementar (EIC) ou pela promoção a posto de 2º Ten para os integrantes do EST, os militares citados passarão a ser, obrigatoriamente, titulares do FuSEx e deverão ser incluídos (as), pelas UV, no cadastro de beneficiários por intermédio do FAP-Digital.

4. O HGeF entende que por haver uma lacuna sobre o pagamento do Adicional de Habilitação para o EST, o mesmo será após a conclusão do estágio, conforme a Port 181, de 26 Mar 99, a mesma do EAS. O desconto a Pensão Militar, também será realizado após a conclusão do referido estágio EAS/EST por se enquadrarem no inciso I do Art 1º da Lei 3.765, de 04 Mai 60. Já o desconto do FuSEx está sendo efetuado desde o pagamento de setembro para os militares do EST promovidos a 2º Ten, tendo em vista a Msg SIAFI supra cita, e para os militares do EAS somente será efetuado após a conclusão do estágio.

5. Esta Setorial após analisar a questão consultou outra legislações que permitem apreciar a matéria a saber:

.....

a. Port 046-DGP, de 26 de abril de 2002 (IR 30-06),

Art. 5º Por não serem contribuintes, não fazem jus a assistência médico-hospitalar custeada pelo FUSEx: os cabos e soldados, no decurso da prestação do Serviço Militar Inicial; os oficiais e Aspirantes-a-Oficial em Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), Estágio Básico de Serviço Técnico (EBST), Estágio de Serviço Técnico (EST), Estágio de Instrução(EI) e Estágio Preparatório de Oficial Temporário(EPOT); as praças especiais (conforme art. 16, Lei nº 6.880/80), com exceção dos Aspirantes-a-Oficial formados pela AMAN; os matriculados em um Órgão de Formação da Reserva, para prestação do Serviço Militar obrigatório (NPOR – CPOR); os alunos das Escolas de Instrução Militar e os atiradores dos Tiros-de-Guerra.

Parágrafo único. Por ocasião da primeira prorrogação ou renovação do estágio, ou do primeiro engajamento, os (as) militares citados no caput deste artigo passarão a ser, obrigatoriamente, titulares do FUSEx e deverão ser incluídos(as), pelas suas OM no cadastro de beneficiários do Sistema.

b. Port 653-Cmt Ex, de 30 de agosto de 2005 (IR 30-32),

.....

Art. 17. São contribuintes do FUSEx os militares e pensionistas abaixo discriminados:
I - militares da ativa:

.....

c) oficiais médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários temporários, durante a realização do Estágio de Instrução e Serviço (EIS);

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009	Pág 5	
----------	--	-------	--

(Of Nº 043-S/I, de 10 de julho de 2008 – continuação:F l-04)

§ 1º Os cabos e soldados, no decurso da prestação do Serviço Militar Inicial, os Aspirantes-a-Oficial em Estágio de Adaptação e Serviço ou realizando o Estágio de Instrução e Preparação do Oficiais Temporários (EIPOT), as praças especiais, com exceção dos Aspirantes-a-Oficial formados pela Academia Militar das Agulhas Negras, os alunos das Escolas de Instrução Militar e os atiradores dos Tiros-de-Guerra, por não serem contribuintes, não fazem jus ao atendimento médico-hospitalar custeado pelo FUSEX.

Art. 28. Os casos omissos serão resolvidos pelo Comandante do Exército.

c. Medida Provisória Nº 2.215, de 31 de Agosto de 2001.

Art. 1º A remuneração dos militares integrantes das Forças Armadas - Marinha, Exército e Aeronáutica, no País, em tempo de paz, compõe-se de:

II - adicionais:

b) de habilitação;

Art. 3º Para os efeitos desta Medida Provisória, entende-se como:

III - adicional de habilitação - parcela remuneratória mensal devida ao militar, inerente aos cursos realizados com aproveitamento, conforme regulamentação;

Art. 15. São descontos obrigatórios do militar:

I - contribuição para a pensão militar;

Art. 27. A Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, passa a vigorar com as seguintes alterações:

" Art. 1º São contribuintes obrigatórios da pensão militar, mediante desconto mensal em folha de pagamento, todos os militares das Forças Armadas.

Parágrafo único. Excluem-se do disposto no **caput** deste artigo:

I - o aspirante da Marinha, o cadete do Exército e da Aeronáutica e o aluno das escolas, centros ou núcleos de formação de oficiais e de praças e das escolas preparatórias e congêneres; e

II - cabos, soldados, marinheiros e taifeiros, com menos de dois anos de efetivo serviço." (NR)

d. Decreto Nº 4.307, de 18 de julho de 2002

Art. 3º. Os cursos que dão direitos ao adicional de habilitação serão estabelecidos pelo Ministério de Estado da Defesa, ouvindo os comandantes de Força.

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	Pág 6	
----------	---	-------	--

(Of Nº 043-S/1, de 10 de julho de 2008 – continuação:F l-05)

e. Msg SIAFI 2003/147704, de 12 de março de 2003

Do: Chefe do CPEx

Ao: Srs Ordenadores de Despesas

Assunto: Implantação/Reimplantação de Of e 3º Sgt R/2 – CPEx – Brasília/DF

Msg nº 099-S1.5

1. Em exercícios anteriores, o Centro de Pagamento do Exército constatou equívocos com relação a implantação/reimplantação de Oficiais e Sargentos R/2.

2. A fim de evitar estes transtornos, solicito a esse OD observar as orientações abaixo contidas:

Situação 1:

- sendo 1º Ten, 2º Ten, Asp Of do EAS ou EST e 3º Sgt do EBS preencher o campo 25 (Habilitação) com 00, o campo 28 (Pensão Militar) com 09, 10, 11 ou 21 conforme o Posto/Grad e o Campo 29 (FuSEx) com 1. Após a conclusão do Estágio, se houver prorrogação alterar o campo 25 para 880.

Obs: No caso de 1º Ten, 2º Ten e 3º Sgt do EBS, que tenha feito estágio anterior diferente daquele para o qual está sendo reimplantado, o Estágio anterior não é válido devendo ser preenchido o campo 25 (Habilitação) com 000.

Situação 2:

- sendo 1º Ten, 2º Ten do EIS ou EST e Asp Of do EIC ou do EICEM e 3º Sgt do EBST, preencher o campo 25 (Habilitação) com 880, o campo 28 (Pensão Militar) com 09, 10, 11 ou 21 conforme o Posto/Grad e o Campo 29 (FuSEx) com 1.

Obs.: Caso tenha feito estágio do mesmo quadro para o qual está sendo reimplantado, preencher o campo 25 (Habilitação) com 000.

Referência: Dec 2.354 (R-68), de 20 Out 97 e Port 043-DGP (Normas do EST e EBST), de 26 Out 98.

6. Após análise da documentação consultada, esta Setorial apresenta as seguintes considerações:

a. Quanto ao desconto do FuSEx:

1) a IR 30-06 não deixa dúvidas quanto ao procedimento a ser adotado em relação aos militares do EST, ou seja, não são contribuintes do FuSEx os oficiais e Aspirante-a-Oficial em Estágio de Serviço Técnico (EST):

2) a IG 30-32 instrui que os Aspirantes-a-Oficial realizando o Estágio de Instrução não são contribuintes do FuSEx;

3) a mensagem SIAFI/2006, de 09/05/06 determina que por ocasião da promoção ao posto de 2º Ten os militares em Estágio de Serviço Técnico (EST) passam a contribuir para o FuSEx;

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	<i>Pág 7</i>	
----------	---	--------------	--

(Of Nº 043-S/1, de 10 de julho de 2008 – continuação:F l-06)

4) por haver conflito entre a IG30-32 e a IR 30-06, que cabe a administrador observar a hierarquia entre as legislações, o que de fato deve prevalecer é a IG 30-32, que por sua vez já foi dirimida tal dúvida por intermédio da Msg SIAFI 2006/0473166, de 09/05/06, onde o DGP esclareceu que passam a ser contribuintes do FuSEx os militares ao posto de 2º Ten.

b. Quanto ao Adicional de Habilitação, esta setorial entende que, o pagamento encontra amparo, tanto no Art 3º da Port 181, de 26 Mar 99, como na MP 2.215-10, de 31 Ago 01, que estabelecem, respectivamente, que a parcela é devida por conclusão do Estágio de Instrução e aproveitamento em curso realizado.

c. Quanto a Pensão Militar:

1) a nova redação da Lei Nº 3.765, de 04 Mai 60 pelo Art 27 da MP 2.215-10, de 31 Ago 01, não exclui os Aspirantes-a-Oficial do EST ou EIS como contribuintes obrigatórios à Pensão Militar;

2) as orientações contidas na Msg SIAFI 2003/147704 do CPEx/SEF, de 12/03/03, vincula o desconto da Pensão Militar ao recebimento do Adicional de Habilitação, que se dá após a conclusão do Estágio, se houver prorrogação.

3) Por haver aparente conflito entre a Lei e a MSG SIAFI, esta ICFEx entende que prevalece o que prescreve a Lei 3.765, de 04 Mai 60, ou seja, todos são contribuintes à Pensão Militar.

4) No caso dos militares do EST o desconto para a pensão militar, salvo melhor juízo, deverá ser efetuado após a conclusão do aludido Estágio (2ª Fase).

7. Por fim, esta Inspetoria submete a assunto em epígrafe a essa Secretaria para que possa ratificar ou retificar os entendimentos emitidos na presente consulta.

GERALDO LUIZ DOS SANTOS– Ten Cel Int
Rsp pela Chefia da 7ª ICFEx

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres, basta mostrar-lhes o caminho do dever”

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	Pág 8	
----------	---	-------	--

Em resposta a referida consulta, esta Inspeção recebeu da SEF, os ofícios abaixo transcritos:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral/1841)**

Brasília, 23 de dezembro de 2008.

Of nº 366 – Asse Jur – 08 (A1/SEF)

Do Subsecretário de Economia e Finanças

**Ao Sr Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e
Finanças do Exército**

Assunto: militares do EST do HGeF

Ref.: Of nº 043 – S1, de 10 jul 08

Anexos: - Of nº 299-AsseJur-08(A1/SEF), de 15out08;
- Of nº 2067/08-DGP/AsseJur.9, de 7 nov 08;
- Of nº 367-AsseJur-08(A1/SEF), de 23 dez 08

1. Versa o presente expediente sobre adicional de habilitação, pensão militar e FuSEx relativos aos militares do Estágio de Serviço Técnico (EST).

2. Esta Secretaria recebeu consulta oriunda dessa Setorial Contábil, a qual contemplava questionamentos advindos do Hospital Geral de Fortaleza (HGeF), a respeito de pagamento de adicional de habilitação e descontos da pensão militar e do FuSEx, relativos a militares integrantes do Estágio de Serviço Técnico (EST).

3. Com a finalidade de uniformizar o entendimento sobre a matéria, este Órgão de Direção Setorial (ODS) submeteu o tema à apreciação do Departamento-Geral do Pessoal (DGP), em cujo rol de competências estão inseridos a maior parte dos referidos assuntos, recebendo como resposta o Of nº 2067/08-DGP/Asse Jur.9, de 7 Nov 08.

4. As conclusões extraídas dos pronunciamentos da SEF e do DGP constam do Ofício circular anexo, o qual foi encaminhado a todas as Setoriais Contábeis para publicação em boletim.

5. Nesses termos, remeto o presente expediente a essa Setorial, para conhecimento e adoção de providências julgadas cabíveis, visando à orientação do HGeF e demais unidades que lhe são subordinadas.

Gen Div MARCIO ROSENDO DE MELO
Subsecretário de Economia e Finanças

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	Pág 9	
----------	---	-------	--



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral/1841)**

Of nº 299 – Asse Jur – 08 (A1/SEF)

Brasília, 15 de outubro de 2008.

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Vice-Chefe do Departamento-Geral do Pessoal

Assunto: militares do EST do HGeF

Anexo: Of nº 043 – S1, de 10 jul 08

1. Versa o presente expediente sobre adicional de habilitação, pensão militar e FuSEx relativos aos militares do Estágio de Serviço Técnico (EST).

2. No dia 06 ago 08, esta Secretaria recebeu o Of nº 043-S1, de 10 jul 08, no qual o Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e Finanças (7ª ICFEx) se reporta a consulta oriunda do Hospital Geral de Fortaleza (HGeF), não anexada, a qual contempla dúvidas a respeito do adicional de habilitação, da pensão militar e do FuSEx, relativos a militares integrantes do Estágio de Serviço Técnico (EST) promovidos em 31 ago 06.

3. De acordo com o documento referido, o HGeF destacou a legislação¹ reputada aplicável e elaborou as conclusões a seguir resumidas:

a. Em razão da existência de uma lacuna a respeito do adicional de habilitação para os militares do EST, o pagamento deverá ocorrer após a conclusão do estágio, à luz do disposto no artigo 3º da Portaria nº 181, de 26 de março de 1999, do então Ministro de Estado do Exército, aplicando-se a regra segundo a qual será concedida habilitação militar de especialização a partir da conclusão do EAS;

b. O desconto da pensão militar também deverá ser realizado após a conclusão do estágio, em razão do disposto no artigo 1º, inciso I, da Lei nº 3.765, de 04 de maio de 1960;

c. O desconto do FuSEx deverá ser efetuado após a promoção a 2º Ten dos militares do EST e após a conclusão do estágio dos militares do EAS.

4. A 7ª ICFEx, por sua vez, citou outras regras² e formulou as considerações a seguir sintetizadas:

¹ Artigos 11, 12 e 13 da Portaria nº 169-DGP, de 01 de dezembro de 2004 (NT 08-DSM), a qual aprova as normas técnicas para a inscrição, seleção, convocação, incorporação e prestação do serviço militar temporário (NT 08-DSM); Artigo 3º, parágrafo único da Portaria nº 181, de 26 de março de 1999, do então Ministro de Estado do Exército; Artigo 1º, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 3.765, de 04 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares; Msg SIAFI 2006/0473166, DGP, de 09 de maio de 2006, segundo a qual os oficiais e aspirantes-a-oficial em EAS, EPOT e EST não fazem jus a assistência médico-hospitalar custeada pelo FuSEx porque não são contribuintes, bem como determina que, na ocasião do primeiro engajamento, da convocação para o EIS, EIC ou promoção ao posto de 2º Ten para os integrantes do EST, os militares citados passarão a ser titulares do FuSEx, incluídos no cadastro de beneficiários por intermédio da FAP Digital.

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	Pág 10	
----------	---	--------	--

a. O adicional de habilitação será devido após a conclusão do Estágio de Instrução, havendo aproveitamento em curso realizado, nos termos da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e do artigo 3º da Portaria nº 181, de 1999.

b. O desconto da pensão militar deverá ser efetuado após a conclusão da 2ª fase do EST;

c. No tocante ao FuSEx, a IR 30-06 estabelece que os oficiais e aspirantes-a-oficial não são contribuintes durante o EST; a IG 30-32 estabelece que os aspirantes-a-oficial não são contribuintes durante o Estágio de Instrução, e que, após a promoção ao posto de 2º Ten, os militares do EST passam a ser contribuintes do FuSEx.

5. Com o propósito de facilitar a elucidação do assunto, convém salientar as definições relacionadas aos militares do EST, essenciais para a fundamentação do entendimento desta Secretaria.

a. Concebido com a finalidade de atender áreas de interesse do Exército, o Serviço Técnico Temporário (SvTT) é uma das opções de acesso às fileiras da Força Terrestre.

b. O Estágio de Serviço Técnico (EST), período de adaptação dos Oficiais Técnicos Temporários (OTT) ao ambiente e às regras militares, é disciplinado pelo Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército – RCORE, aprovado pelo Decreto nº 4.502, de 9 de Dezembro de 2002, do qual cumpre salientar:

Art. 19. O EST poderá ser realizado, em caráter voluntário, por aspirantes-a-oficial e oficiais R/2³, por reservistas de 1ª ou 2ª categorias, por homens dispensados de prestar o Serviço Militar Inicial e por mulheres, todos integrantes de categorias profissionais de nível superior de interesse do Exército, exceto MFDV⁴, e se destina a:

I - preencher, em tempo de paz, os cargos de oficiais de carreira do QEM, quando esses cargos não forem ocupados por oficiais oriundos do EICEM, do Quadro Complementar de Oficiais - QCO e do Serviço de Assistência Religiosa de Exército - SAREx nas OM;

II - adaptar os estagiários à vida militar ou readaptar os aspirantes-a-oficial e oficiais R/2 convocados às novas funções;

III - proporcionar aos estagiários condições para aplicação de seus conhecimentos técnico-profissionais nas OM;

IV - capacitar os convocados às prorrogações do tempo de serviço;

V - habilitar os concludentes à promoção ao posto de 1º Ten; e

VI - habilitar os concludentes à convocação em caso de mobilização.

§ 1º O EST terá a duração de doze meses e será dividido em duas fases:

I - a primeira, destinada à instrução técnico-militar, com duração de quarenta e cinco dias, e realizada, obrigatoriamente, em OFOR ou unidade de tropa; e

II - a segunda, destinada à aplicação de conhecimentos técnico-profissionais e realizada nas OM para as quais foram convocados.

² Artigo 5º da Portaria nº 046-DGP, de 26 de abril de 2002, a qual aprova as instruções reguladoras do sistema de prestação de assistência médico-hospitalar aos beneficiários do FuSEx (IR 30-06); artigo 17, inciso I, alínea “c”, § 1º e artigo 28 da Portaria nº 653-CmtEx, de 30 de agosto de 2005, a qual aprova as instruções gerais para o Fundo de Saúde do Exército (IG 30-32); artigo 1º, inciso II, alínea “b”, artigo 3º, inciso III, artigo 15, inciso I, e artigo 27 da Medida Provisória nº 2.215 de 31 de agosto de 2001; Artigo 3º do Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, e Msg SIAFI 2003/147704 do CPEx/SEF, de 12 de março de 2003.

³ O artigo 3º do RCORE é constituído pelas Reservas de 1ª Classe - R/1, de 2ª Classe - R/2 e de 3ª Classe - R/3.

⁴ Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários, cujos serviços são regidos por normas específicas e pela Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1.967.

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	Pág 11	
----------	---	--------	--

c. Além disso, o EST também é regido pelas Normas Técnicas 09 da Diretoria de Serviço Militar⁵ (NT 09-DSM), previstas na Portaria nº 187-DGP, de 05 de outubro de 2006, a qual aprova as normas técnicas para inscrição, seleção, convocação, incorporação, cadastramento, controle, distribuição e prestação do serviço militar temporário para Oficiais e Sargentos⁶.

d. Destaca-se da Portaria nº 187-DGP, de 2006:

Art. 7º. Os estágios normalmente realizados por Oficiais Temporários são os seguintes:

- I - Estágio de Instrução e de Preparação para Oficiais Temporários (EIPOT);
- II - Estágio de Instrução Complementar (EIC);
- III - Estágio de Adaptação e Serviço (EAS);
- IV - Estágio de Instrução e Serviço (EIS);
- V - Estágio de Instrução Complementar de Engenheiro Militar (EICEM); e
- VI - **Estágio de Serviço Técnico (EST).**

Art. 9º. Os estágios citados no artigo 7º destas Normas têm a seguinte duração:

- I - EIPOT: três meses e meio, conforme previsto em Programa-Padrão de Instrução específico;
- II - EIC: doze meses, aí incluído o tempo necessário para a execução da instrução constante do Programa-Padrão de Instrução específico;
- III - EAS: doze meses, podendo, por ato do Comandante do Exército, ser reduzido em até 02 (dois) meses ou dilatado em até 06 (seis) meses;
- IV - EIS: doze meses;
- V - EICEM: doze meses; e
- VI - **EST: doze meses.**

Art. 61. O Estágio de Serviço Técnico (EST), modalidade de ingresso no Serviço Técnico Temporário (SvTT) como Oficial, é o período no qual o candidato convocado adaptar-se-á à vida militar e comprovará seus méritos para a obtenção de sucessivas prorrogações de tempo de serviço.

Art. 62. O EST destina-se a:

- I - preencher, em tempo de paz, os claros de Oficiais Subalternos de Carreira do QEM, do Quadro Complementar de Oficiais (QCO) e do Serviço de Assistência Religiosa de Exército (SAREx), existentes nos QCP das OM;
- II - adaptar os estagiários à vida militar ou readaptar os Aspirantes-a-Oficial e Oficiais R/2 convocados às novas funções;
- III - proporcionar aos estagiários condições para aplicação de seus conhecimentos técnico-profissionais nas OM;
- IV - capacitar os convocados às prorrogações do tempo de serviço;
- V - habilitar os concludentes à promoção ao posto de 1º Ten; e
- VI - habilitar os concludentes à convocação em caso de mobilização.

Art. 63. O EST pode ser realizado em caráter voluntário por:

- I - Asp Of e Oficiais R/2;
- II - reservistas de 1ª ou 2ª categoria;
- III - homens dispensados de prestar o Serviço Militar Inicial; e
- IV - mulheres.

§ 1º. Os candidatos ao EST deverão pertencer a categorias profissionais de nível Superior integrantes das Áreas e Habilitações Técnicas de Interesse do Exército, destinadas a Oficiais do Serviço Técnico Temporário, exceto MFDV.

⁵ Vinculada ao Departamento-Geral do Pessoal.

⁶ A Portaria nº 187-DGP, de 05 de outubro de 2006 (NT 09-DSM), revogou a Portaria nº 169-DGP, de 01 de dezembro de 2004 (NT 08-DSM), mencionada na consulta formulada.

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	Pág 12	
----------	---	--------	--

§ 2º. Cabe ao DGP estabelecer as Áreas e Habilitações Técnicas de Interesse do Exército que poderão ser objeto de convocação para o Serviço Técnico Temporário (SvTT).

§ 3º. As RM poderão solicitar ao DGP a inclusão de novas Áreas e Habilitações Técnicas de Interesse do Exército, ainda não contempladas.

Art. 64. O EST é realizado conforme o previsto no RCORE, nas IG 10-68, nestas Normas e nos Programas-Padrão de Instrução específicos.

Art. 67. Os Oficiais Técnicos Temporários (OTT) estarão sujeitos, **no que for aplicável**, a todas as leis e regulamentos militares. (grifos acrescidos)

e. Das disposições acima transcritas, é possível extrair que o Estágio de Serviço Técnico tem a duração de doze meses, divididos em duas etapas, destinando-se a primeira à instrução técnico-militar e a segunda à aplicação de conhecimentos técnico-profissionais na OM que convocar o candidato selecionado, o qual será considerado estagiário até o término do EST, sujeitando-se, **no que for aplicável**, a todas as leis e regulamentos militares, inclusive os de cunho remuneratório.

f. Partindo de tais conclusões, cumpre verificar a aplicabilidade das normas que disciplinam o adicional de habilitação, a pensão militar e o FuSEx aos militares do EST, bem como o momento da aquisição dos deveres e dos direitos envolvidos. De acordo com o RCORE:

Art. 42. Os oficiais ou aspirantes-a-oficial pertencentes ao CORE, quando convocados, têm os deveres de oficial na ativa e ficam sujeitos às disposições de leis e regulamentos pertinentes.

Art. 43. Os oficiais ou aspirantes-a-oficial pertencentes ao CORE, quando convocados, desfrutam dos direitos e das prerrogativas de seu posto, constantes de leis e regulamentos atinentes aos oficiais na ativa, ressalvado o disposto neste Decreto e em dispositivos específicos para os militares temporários.

g. Uma interpretação possível de tais dispositivos permite chegar à conclusão de que o pagamento do adicional de habilitação, os descontos relativos à pensão militar e as contribuições relativas ao FuSEx seriam devidos desde a data da convocação para o Estágio de Serviço Técnico. Porém, conforme o próprio RCORE preconiza, tal equiparação pode ser ressalvada em dispositivos específicos para os militares temporários, razão pela qual é necessário examinar a ocorrência de tal hipótese.

h. Em relação ao adicional de habilitação, esta Secretaria consolidou o entendimento contido no Parecer nº 19/AJ/SEF, de 14 de fevereiro de 2007⁷, do qual convém salientar:

“Dúvidas não mais existem quanto ao direito à percepção do adicional de habilitação em 16% (dezesesseis por cento) por parte daqueles que, concluintes exitosos de cursos de pós-graduação lato sensu, aplicam os conhecimentos auferidos em favor do Exército, em áreas correspondentes às suas atuações e formação. De fato, são diversos os Pareceres desta Secretaria nesse sentido, razão pela qual nos abstermos de citar linhas fartas sobre a matéria. Em todo caso, vide Of nº 186-Asse Jur-06 (A1/SEF), de 22 Set 06, conforme citado por essa Inspeção, bem como o Parecer 007/AJ/SEF, de 16 Jan 07, assim como o Parecer 016/AJ/SEF, de 12 Fev 07, mais recentes. [...] No caso de oficiais que passem a integrar a Força Terrestre e que já possuam cursos de pós-graduação, no entanto, a regra geral acima deve ser relativizada. Com efeito, não é possível pagar-lhes a especialização antes da formação como militares, ainda que os mesmos apresentem, no primeiro dia do Estágio respectivo, o diploma equivalente ao avanço acadêmico. É afirmar: somente depois de superada a fase de formação militar é que esses oficiais passarão a fazer jus ao adicional de habilitação de acordo com a graduação que possuem. [...] No que tange aos Oficiais Técnico-Temporários, é preciso, então,

⁷ Íntegra disponível em <http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2007/PAREC019-2007.pdf>

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009	Pág 13	
----------	--	--------	--

compreender a amplitude do Estágio de Serviço Técnico, para que seja possível aferir o momento em que a formação militar dos mesmos se conclui. [...] Deve-se afirmar, por isso, que a fase de formação militar do futuro Oficial Técnico Temporário somente estará finda com a conclusão, por inteiro, do EST, o que inclui, obrigatoriamente, o cumprimento das duas fases previstas: adaptação e aplicação. [...] Isso posto, é de se afirmar que o militar Oficial Técnico-Temporário fará jus ao adicional de habilitação, de acordo com sua graduação acadêmica, a contar do momento em que apresentar prova de conclusão do curso respectivo (diploma ou certificado), o qual deverá ser devidamente verificado segundo as normas pertinentes. No entanto, a percepção do direito aludido somente se configurará uma vez vencido, por completo, o Estágio de Serviço Técnico, isto é, depois de ultrapassadas as duas fases do mesmo.”

i. Não obstante o disposto no artigo 43 do RCORE, acima transcrito, esta Secretaria entende que o adicional de habilitação é devido após o estágio de formação do militar (conclusão do EST), pois este constitui um período de adaptação, aprendizado e avaliação, requisitos para a efetiva prestação do serviço militar, na área de interesse do exército.

j. No tocante à pensão militar, cumpre verificar o que dispõe a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, a Lei das Pensões Militares:

Art. 1º São contribuintes obrigatórios da pensão militar, mediante desconto mensal em folha de pagamento, todos os militares das Forças Armadas. [\(Redação dada pela Medida provisória nº 2215-10, de 31.8.2001\)](#)

Parágrafo único. Excluem-se do disposto no **caput** deste artigo: [\(Incluído pela Medida provisória nº 2215-10, de 31.8.2001\)](#)

I - o aspirante da Marinha, o cadete do Exército e da Aeronáutica e o aluno das escolas, centros ou núcleos de formação de oficiais e de praças e das escolas preparatórias e congêneres; e [\(Incluído pela Medida provisória nº 2215-10, de 31.8.2001\)](#)

l. Inexistindo, na Lei de Pensões Militares, dispositivo específico que excepcione os militares do EST da contribuição, conclui-se que a contribuição é devida a partir da incorporação se não puder ser feita a equiparação dos estagiários aos alunos de núcleo de formação congênere, por exemplo.

m. A respeito do FuSEx, com a finalidade de definir seus beneficiários e as respectivas obrigações, as Instruções Gerais para o Fundo de Saúde do Exército (IG 30-32), aprovadas pela Portaria nº 653 – CmtEx, de 30 de agosto de 2005, assim trataram do assunto:

Art. 3º Para os efeitos destas IG, define-se:

.....
II - beneficiários do FUSEx – são os(as) militares do Exército, na ativa ou na inatividade, as(os) pensionistas, que são contribuintes do FUSEx, bem como os seus dependentes instituídos, de acordo com os arts. 4º, 5º e 6º destas IG, como também os incluídos legalmente com base em IG anteriores;

.....
IX - FUSEx – é o fundo constituído de recursos financeiros oriundos de contribuições obrigatórias e indenizações de atendimento médico-hospitalar dos militares, na ativa e na inatividade, e de pensionistas de militares, destinado a complementar o custeio da assistência médico-hospitalar para si e para os seus beneficiários;

.....
Art. 4º São considerados beneficiários titulares do FUSEx:

I - militar do Exército, na ativa e na inatividade, contribuinte;

.....

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	Pág 14	
----------	---	--------	--

Art. 17. São contribuintes do FUSEx os militares e pensionistas abaixo discriminados:

I - militares da ativa:

a) oficiais, aspirantes-a-oficial, subtenentes e sargentos de carreira;

b) **oficiais e sargentos enquanto convocados para o serviço militar temporário;**

§ 1º Os cabos e soldados, no decurso da prestação do Serviço Militar Inicial, os aspirantes-a-oficial em Estágio de Adaptação e Serviço ou realizando o Estágio de Instrução e Preparação do Oficiais Temporários (EIPOT), as praças especiais, com exceção dos aspirantes-a-oficial formados pela Academia Militar das Agulhas Negras, os alunos das Escolas de Instrução Militar e os atiradores dos Tiros-de-Guerra, por não serem contribuintes, não fazem jus ao atendimento médico-hospitalar custeado pelo FUSEx. (destaques acrescidos)

n. É possível extrair, de tais dispositivos, que os militares do EST não foram contemplados na regra de exceção contida no § 1º do artigo 17 da Portaria nº 653-CmtEx, de 2005; pelo contrário, figuram como contribuintes do FuSEx os oficiais enquanto convocados para o serviço militar temporário, o que permite concluir que os descontos e os benefícios são devidos desde o início da prestação do serviço militar temporário.

o. Cumpre destacar que, de acordo com informações extraídas do SISLEG, está revogada a Portaria nº 46-DGP, de 26 de abril de 2002 (citada na consulta formulada), que contemplava Instruções Reguladoras do FuSEx (IR 30-06) e dispunha, expressamente, que os oficiais e aspirantes-a-oficial em Estágio de Serviço Técnico não eram contribuintes e, conseqüentemente, não faziam jus aos benefícios do FuSEx.⁸

6. Nesses termos, incumbiu-me o Sr Secretário de Economia e Finanças de, por intermédio de VExa, submeter o entendimento deste ODS à apreciação desse Departamento em cujo rol de competências se insere a matéria objeto desta consulta.

Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA
Subsecretário de Economia e Finanças

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

⁸ Art. 5º. Por não serem contribuintes, não fazem jus a assistência médico-hospitalar custeada pelo FUSEx: os cabos e soldados, no decurso da prestação do Serviço Militar Inicial; os oficiais e aspirantes-a-oficial em Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), Estágio Básico de Serviço Técnico (EBST), Estágio de Serviço Técnico (EST), Estágio de Instrução(EI) e Estágio Preparatório de Oficial Temporário(EPOT); as praças especiais (conforme art. 16, Lei nº 6.880/80), com exceção dos aspirantes-a-oficial formados pela AMAN; os matriculados em um Órgão de Formação da Reserva, para prestação do Serviço Militar obrigatório (NPOR – CPOR); os alunos das Escolas de Instrução Militar e os atiradores dos Tiros-de-Guerra.

Parágrafo único. Por ocasião da primeira prorrogação ou renovação do estágio, ou do primeiro engajamento, os(as) militares citados no caput deste artigo passarão a ser, obrigatoriamente, titulares do FUSEx e deverão ser incluídos(as), pelas suas OM no cadastro de beneficiários do Sistema.

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	Pág 15	
----------	---	--------	--



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral/1841)**

Of nº 367 – Asse Jur – 08 (A1/SEF)
CIRCULAR

Brasília, 23 de dezembro de 2008.

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Chefe da Inspetoria de Contabilidade e
Finanças do Exército

Assunto: militares do EST

Anexos: - Of nº 299-Asse Jur-08(A1/SEF), de 15out08;
- Of nº 2067/08-DGP/AsseJur.9, de 7nov08;

1. Versa o presente expediente sobre adicional de habilitação, FuSEx e pensão militar relativos aos militares do Estágio de Serviço Técnico (EST).

2. Esta Secretaria recebeu consulta oriunda da 7ª ICFEx, a qual contemplava questionamentos advindos do Hospital Geral de Fortaleza (HGeF), a respeito de pagamento de adicional de habilitação e descontos da pensão militar e do FuSEx, relativos a militares integrantes do Estágio de Serviço Técnico (EST).

3. Com a finalidade de promover a uniformização do entendimento sobre a matéria, este Órgão de Direção Setorial (ODS) submeteu o tema à apreciação do Departamento-Geral do Pessoal (DGP), em cujo rol de competências estão inseridos a maior parte dos referidos assuntos, recebendo como resposta o Of nº 2067/08-DGP/Asse Jur .9, de 7 nov 08.

4. As seguintes conclusões são extraídas dos pronunciamentos da SEF e do DGP:

a. O pagamento do adicional de habilitação, atendidos os requisitos, deve ser realizado após o término da segunda fase do estágio probatório do EST, ou seja, os 12 (doze) meses iniciais.

b. Os descontos relativos ao FuSEx devem ser realizados após a promoção a 2º Tenente.

c. A implantação da pensão militar deve ser realizada após o término da segunda fase do estágio probatório do EST, ou seja, os 12 (doze) meses iniciais.

5. Isso posto, remeto o presente expediente a essa Setorial, para conhecimento e adoção de providências julgadas cabíveis, visando à orientação das unidades gestoras que lhe são subordinadas.

6. Solicito-vos, por fim, que o inteiro teor do presente documento seja publicado no Boletim Informativo do próximo mês.

Gen Div MARCIO ROSENDO DE MELO
Subsecretário de Economia e Finanças

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	Pág 16	
----------	---	--------	--

ANEXO “B”

DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS PARA SEGURANÇA DA OBRA RELATIVA À INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Sobre o assunto em epígrafe, esta Inspetoria encaminhou consulta à SEF, conforme MSG SIAFI abaixo transcrita:

MSG NR 2008/1294756, DE 10 NOV 08, DESTA INSPETORIA.

DO CH 7 ICFEX

AO SR SUBSECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS.

1. VERSA A PRESENTE EXPEDIENTE SOBRE CONSULTA REFERENTE A DESCENTRALIZACAO DE RECURSOS PARA SEGURANCA DA OBRA RELATIVA A INTEGRACAO DO RIO SAO FRANCISCO.

2. SOLICITO A V. EXA A POSSIBILIDADE DE MANDAR EFETUAR A DEVIDA APRECIACAO DO ASSUNTO, NOS TERMOS QUE SE SEGUEM:

A) ALGUMAS UG VEM RECEBENDO RECURSOS DIRETAMENTE DO EPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUCAO (DEC), NAS ND 4490XX, REFERENTE A DESPESA DE CAPITAL, HAJA VISTA ESTAREM PRESTANDO SEGURANCA NA OBRA SUPRACITADA. NO ENTANTO, NA PORTARIA INTERMINISTERIAL NR 956/MD/MI, DE 06 OUT 03, SOMENTE HA PREVISAO DE DESTAQUE PARA UG DE ENGENHARIA. ESTA INSPETORIA ENTENDE QUE TAL PROCEDIMENTO NAO ENCONTRA AMPARO LEGAL, VISTO QUE NADA FICOU ACORDADO NO INSTRUMENTO DE COOPERACAO.

B) CONSIDERANDO QUE AO LIQUIDAR A DESPESA E GERADO SALDO NA CONTA 14211.91.00 - OBRAS EM ANDAMENTO, ESSA ICFEX ENTENDE QUE O REFERIDO SALDO DEVA SER TRANSFERIDO PARA A CONTA 14211.91.00-OBRAS EM ANDAMENTO DO BATALHAO DE ENGENHARIA QUE A UG ESTEJA PRESTANDO O APOIO DE SEGURANCA, A FIM DE COMPOR O CUSTO DA OBRA. DEVE-SE LEVAR EM CONTA QUE A UG APOIADORA NAO REALIZA OBRAS, E SOMENTE ESTA ESCALADA PARA EFETUAR A SEGURANCA DA OBRA.

3. INFORMO A V. EXA QUE O FATO RELACIONADO NA LETRA "B" DO ITEM ACIMA, VEM OCORRENDO NO 71 B I MTZ E SENDO CONTESTADO PELO COMANDO 1 GPT E CNST, VISTO NAO CONCORDAR COM A TRANSFERENCIA DO SALDO PARA O 3 BEC.

4. ISTO POSTO, SOLICITO A V. EXA A POSSIBILIDADE DE MANDAR RATIFICAR OU RETIFICAR O ENTENDIMENTO DESTA SETORIAL CONTABIL, RELATIVO A LETRA "B". E FORNECER ORIENTACOES SOBRE O CONTIDO NA LETRA "A".

RECIFE-PE, 10 NOV 08

JOSE ARNOBIO FERRAO DE ALBUQUERQUE NETO-CEL INT
CHEFE 7 ICFEX

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	Pág 17	
----------	---	--------	--

Em resposta, a SEF encaminhou a esta Inspeção, a MSG SIAFI abaixo transcrita:

MSG SIAFI 2008/1444531, DE 10 DEZ 08, DA SEF

DO: SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

AO: SR CH DA 7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO

REF: MSG SIAFI 2008/1294756, DE 10 NOV 08, DESSA ICFEX.

1. VERSA O PRESENTE EXPEDIENTE SOBRE CONSULTA ACERCA DA DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS PARA A SEGURANÇA DA OBRA DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO.

2. EM ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO CONTIDA NO DOCUMENTO DA REFERÊNCIA, INFORMO A ESSA CHEFIA O QUE SE SEGUE.

A. QUANTO A LETRA "A" DO Nº 2, ESTA SECRETARIA ENTENDE QUE, TENDO EM VISTA O DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO (DEC) SER ÓRGÃO GESTOR DOS RECURSOS, NÃO HÁ IMPEDIMENTO PARA DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS DIRETAMENTE ÀS UG ENCARREGADAS DA SEGURANÇA DA OBRA, DESDE QUE AS DESPESAS TENHAM CORRELAÇÃO COM ESSA ATIVIDADE, DE ACORDO COM A FINALIDADE DESCRITA NA NOTA DE MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO (NC) EMITIDA POR AQUELE ÓRGÃO DE DIREÇÃO SETORIAL (ODS).

B. QUANTO A LETRA "B" DO Nº 2, ESTA SECRETARIA RATIFICA O ENTENDIMENTO DESSA INSPETORIA, NO SENTIDO DE QUE O SALDO DA CONTA 14211.91.00 - OBRAS EM ANDAMENTO, MOVIMENTADA PELA UG RESPONSÁVEL PELA SEGURANÇA, SEJA TRANSFERIDO PARA A MESMA CONTA UTILIZADA PELA UNIDADE DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO APOIADA, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE PERMITIR A APROPRIAÇÃO NO CUSTO FINAL DA OBRA DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO.

BRASÍLIA - DF, 09 DE DEZEMBRO DE 2008

GEN DIV SEBASTIÃO PEÇANHA
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	Pág 18	
----------	---	--------	--

ANEXO “C”

DIÁRIA DE ASILADO

Esta Inspeção encaminhou a SEF, o ofício abaixo transcrito, versando sobre consulta acerca de valor de diária de asilado, formulada pela SIP/7.



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg/7ª RM-1934)**

Of. nº 002 – S1

Recife - PE, 08 de janeiro de 2008.

Do Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército.

Ao Sr Subsecretário de Economia e Finanças

Assunto: valor de diária de asilado

Ref: - Port. Nº 004-SEF, de 06 Nov 02

Anexo: - cópia do Of Nº 559-S4.1-SIP/7, de 29 Set 08 e seus apensos.

1. Versa o presente expediente sobre consulta formulada a esta Inspeção tratando sobre valor de diária de asilado para a pensionista militar, cujos instituidores faleceram percebendo tal benefício.

2. Esta ICFEx recebeu do Comando da 7ª Região Militar – 7ª Divisão de Exército, UG vinculada a esta Setorial Contábil, consulta originada da SIP/7, consultando como proceder para solucionar requerimento de pensionista militar onde a mesma solicita revisão do valor mensal percebido, conforme as informações contidas no ofício em anexo.

3. A UG apresentou a seguinte legislação:

- a. Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964;
- b. Lei nº 5.787 de 27 de junho de 1972;
- c. Lei nº 8.237 de 1º de outubro de 1991;
- d. Port nº 477-SC-5-ENFA, de 06 de fevereiro de 1992 e
- e. MP nº 2215-10/01.

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	Pág 19	
----------	---	--------	--

(Ofício Nº 02-S/1, de 08 de janeiro de 2009 – continuação:F l-02)

4. A pensionista ora em comento, foi habilitada pela SIP/10, por reversão, juntamente com mais 03 (três) irmãs, para recebimento da Pensão Militar deixada por sua genitora, falecida em 12 Fev 05, a qual era viúva do 2º Sargento PEDRO PEREIRA DE SOUZA, instituidor da pensão, falecido em 10 de Setembro de 1985.

5. Após análise da documentação consultada, esta Setorial apresenta as seguintes considerações:

a. Concordar com o Parecer do Comando da 7ª Região Militar – 7ª Divisão de Exército, tendo em vista que, a partir de 1º de outubro de 1991, conforme a Portaria nº 477-SC-5-ENFA/92, o valor da diária de asilado passou a ser regulado pelo Art. 32 da Lei nº 8.237/91, cujo teor é o seguinte:

.....

“CAPÍTULO IV – Das Indenizações Eventuais - SEÇÃO I – Da Diária – Art. 32. O Valor da Diária será estabelecido mediante ato do Estado-Maior das Forças Armadas, comum às forças singulares”;

b. E ainda, o Órgão que a habilitou (SIP/10) não observou a evolução da legislação, conforme acima descrito no ofício referenciado, implantando o benefício de forma equivocada.

6. Por fim, esta Inspeção submete a assunto em epígrafe a essa Secretaria para que possa ratificar ou retificar os entendimentos emitidos na presente consulta, e posteriormente possa informar a SIP/7, quais os procedimentos deverão ser adotados para que aquela Seção regularize definitivamente o pleito da requerente.

GERALDO LUIZ DOS SANTOS – Ten Cel Int
Resp p/ Chefia da 7ª ICFEx

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	Pág 20	
----------	---	--------	--

Em resposta esta Inspetoria recebeu da SEF, o ofício abaixo transcrito, versando sobre consulta acerca de valor de diária de asilado, formulada pela SIP/7.



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral/1841)**

Of nº 022 – Asse Jur – 09 (A1/SEF)

Brasília, 22 de janeiro de 2009.

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Chefe da 7ª ICFEx

Assunto: diária de asilado

Ref: Of nº 002-S1, de 08 jan 09

Anexos: - Parecer nº 002/AJ/SEF, de 22 jan 09;
 - Formulário de Concessão de Pensão Militar nº 10003495-08-2007-000004-5;
 - Ficha financeira de 2007 em nome de Roselinda Souza Cruz;
 - Ficha financeira de 2007 em nome de Rose Mary Souza Rocha;
 - Ficha financeira de 2007 em nome de Maria Veralúcia de Souza Fernandes

1. Versa o presente expediente sobre o valor da diária de asilado.

2. Encaminho-vos o entendimento desta Secretaria sobre o assunto em epígrafe, nos termos do Parecer anexo, para conhecimento e adoção de providências decorrentes, especialmente no que tange à orientação da SIP/7 e da SIP/10, por intermédio dos respectivos Comandos Administrativos.

Gen Div MARCIO ROSENDO DE MELO
Subsecretário de Economia e Finanças

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009	Pág 21	
----------	--	--------	--



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral/1841)**

PARECER Nº 002 /AJ/SEF

Brasília, 22 de janeiro de 2009.

1. EMENTA – diária de asilado; valor; vinculação; diária de alimentação; amparo legal; ausência; pensão militar; beneficiários

2. OBJETO – verificar a legalidade quanto ao pagamento da diária de asilado, bem como o valor do referido benefício eventualmente devido.

3. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

- a. Constituição Federal de 05 Out 1988.
- b. Lei nº 4.328, de 30 abr 1964 – Dispõe sobre o Novo Código de Vencimentos dos Militares
- c. Lei nº 5.787, de 1972, de 27 jun 1972 – Dispõe sobre a Remuneração dos Militares.
- d. Lei nº 8.237, de 23 set 1991 – Dispõe sobre a remuneração dos servidores militares federais das Forças Armadas
- e. Lei nº 9.784, de 29 jan 1999 – Lei do Processo Administrativo
- f. Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 Ago 2001 – Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas.
- g. Decreto nº 3.643, de 26 out 2000 – Dispõe sobre diárias do pessoal civil e militar da Administração

4. RELATÓRIO

a. Trata-se de consulta oriunda da 7ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército (7ª ICFeX), acerca de questão trazida a lume pelo Comando da 7ª Região Militar e 7ª Divisão de Exército (7ª RM-7ªDE).

b. Em 10 set 1985 veio a óbito o 2º Sgt PEDRO PEREIRA DE SOUZA, deferindo-se, em consequência, a pensão militar à beneficiária instituída, MARIA GOMES DO NASCIMENTO SOUZA, cônjuge do militar. Dentre as verbas que compunham o benefício deferido constava a *diária de asilado*, direito até então pago ao instituidor uma vez que o mesmo havia sido incluído, em vida, no *Asilo dos Inválidos da Pátria*, em virtude de incapacidade por doença contagiosa incurável.

c. Em 12 fev 05, MARIA GOMES DO NASCIMENTO SOUZA faleceu e o benefício que até então percebia foi transferido por reversão às quatro filhas do casal, ROSE MARY SOUZA ROCHA, MARIA VERALÚCIA DE SOUZA FERNANDES, MARIA GORET GOMES CAVALCANTE VIEIRA e ROSELINDA SOUZA CRUZ, em processo originalmente levado à efeito pela Seção de Inativos e Pensionistas da 10ª Região Militar (SIP/10).

d. Em 06 ago 08, a beneficiária MARIA GORET GOMES CAVALCANTE VIEIRA, atualmente vinculada à SIP/7, dirigiu requerimento ao Cmdo da 7ª RM-7ª DE, aduzindo que o valor da *diária de asilado* a que faz jus encontra-se em desacordo com a legislação de regência. Apontou, nesse sentido, que, quando da reversão do benefício, em 2005, passou a receber, entre outras verbas, ¼ da diária de asilado que, até então, era paga à sua mãe.

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	Pág 22	
----------	---	--------	--

(Continuação do Parecer 002 /AJ/SEF, de 22 de janeiro de 2009 – página 2)

e. De modo específico, apontou que o valor base para cálculo dessa verba seria o soldo de subtenente. Contudo, embora diversos reajustes remuneratórios tenham sido verificados desde 2005, aumentado o valor do soldo de subtenente, a diária de asilado teria permanecido inalterada. Dessa forma, requereu a pensionista a implantação da diária de asilado no valor que entendeu como correto, bem como o pagamento das diferenças retroativas.

f. Instado a se manifestar, o Chefe da SIP/7 dirigiu a questão à 7ª ICFEx, opinando, contudo, que a SIP/10, ao efetuar o processo de reversão da pensão em tela, não teria observado a evolução da legislação sobre a matéria, implantando a diária de asilado de forma equivocada.

g. A Inspetoria, por sua vez, concordando com o entendimento daquele Grande Comando administrativo, remeteu o assunto a esta Secretaria, visando à ratificação ou à retificação das conclusões apresentadas.

5. APRECIACÃO

a. A *diária de asilado* foi o direito pecuniário criado pela Lei nº 4.328, de 30 abr 1964, que então instituiu o *Novo Código de Vencimentos dos Militares*, para amparar as praças incluídas no *Asilo de Inválidos da Pátria*, bem como os seus beneficiários.

Art 149. À praça incluída no Asilo de Inválidos da Pátria será abonada a diária de asilado na forma estabelecida neste Capítulo, sem prejuízo de recebimento de provento a que tenha direito em razão do tempo de serviço, reforma ou como decorrência de situações especiais previstas em lei ou regulamento.

Art. 150 (...).

Parágrafo único. A diária de que trata este artigo será devida na base de 30 (trinta) dias por mês, qualquer que seja o número de dias do mês considerado, não estando sujeitas a descontos de qualquer natureza.

b. O valor da *diária de asilado*, de acordo com a legislação supracitada, correspondia à metade da *diária de alimentação*, prevista no art. 30 daquela norma. Contudo, se o asilado fosse portador de doença contagiosa incurável, o valor da *diária de asilado* corresponderia à integralidade da *diária de alimentação*. Tanto num caso como noutro, a *diária de asilado* era paga na base de trinta dias por mês, não estando sujeitas a descontos.

c. Se a inclusão do beneficiário no asilo tivesse ocorrido antes do advento do Decreto nº 2.774, de 20 jun 1938, a esposa respectiva, casada antes da invalidez do marido, teria direito ao benefício no mesmo valor daquele atribuído ao cônjuge. Na mesma situação, o filho mais velho do asilado teria tal direito entre os dois e dezesseis anos de idade, ocasião em que o direito passaria a outro filho menor de dezesseis anos.

d. A lei remuneratória que se seguiu, Lei nº 5.787, de 27 jun 1972, manteve o pagamento da *diária de asilado* às praças remanescentes e seus herdeiros que já estivessem em gozo do benefício. A regra para se chegar ao valor desse direito seguiu o mesmo parâmetro antes disposto: metade da diária de alimentação ou a integralidade, no caso de asilado portador de doença contagiosa incurável.

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009	Pág 23	
----------	--	--------	--

(Continuação do Parecer 002 /AJ/SEF, de 22 de janeiro de 2009 – página 3)

e. A Lei nº 8.237, de 23 set 1991, que revogou a Lei nº 5.787, de 1972, deixou de prever o pagamento da *diária de asilado*. Contudo, o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), a despeito da falta de previsão legal, entendeu que tal verba deveria continuar a ser paga, nos termos da norma revogada, conforme expresso na Orientação Normativa nº 09, constante da Portaria nº 477-SC-5, de 06 fev 1992. O cálculo da verba, contudo, foi alterado, passando a corresponder à metade da diária de alimentação (X 30 dias), para aqueles que até então a recebiam de forma integral, no caso de asilado portador de doença contagiosa incurável, ou a um quarto daquele valor (X 30 dias), para aqueles que não fossem portadores de doença contagiosa incurável.

Orientação Normativa Nº 9

A Diária de Asilado que vinha sendo paga nos termos do art. 163, I, da lei nº 5.787, de 1972, continuará sendo devida às praças asiladas remanescentes e seus herdeiros 30 dias por mês, a partir de 1º de outubro de 1991, no valor da metade da Diária, prevista no art. 32, da lei nº 8.237, de 1991, para o asilado portador de doença contagiosa incurável e ¼ (um quarto) do valor da Diária para os demais casos.

f. Esse raciocínio vem sendo empregado até os dias atuais, mesmo com o advento da Medida provisória nº 2.215-10, de 31 ago 01, que revogou a Lei nº 8.237, de 1991, tendo a DCIP emitido orientações apontando que a diária de asilado é *benefício pago às praças remanescentes e que deve se pagar aos beneficiários da pensão militar instituída por militares que faleceram percebendo tal benefício*.

g. No caso posto em análise, levando-se em conta as normas existentes, faria jus a pensionista em tela à diária de asilado integral (equivalente à metade da diária de alimentação devida a segundo-sargento), X 30 dias, dividida por quatro.

h. De acordo com o Anexo II do Decreto nº 3.643, de 26 out 2000, com redação dada pelo Decreto nº 5.554, de 04 out 05, o valor base, *in casu*, seria de R\$ 57,28 (cinquenta e sete reais e vinte e oito centavos). A metade desse valor corresponderia, pois, a R\$ 28,64 (vinte e oito reais e sessenta e quatro centavos). Este valor, multiplicado por 30 dias resultaria em R\$ 859,20 (oitocentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos). Por fim, dividindo-se tal quantia por quatro, seria obtido o resultado de R\$ 214,80 (duzentos e quatorze reais e vinte centavos), *quantum* esse que, em tese, seria devido à Sra MARIA GORET GOMES CAVALCANTE VIEIRA, mês a mês, a título de *diária de asilado*.

i. Importante ressaltar que o mesmo raciocínio deve ser empregado em relação às demais beneficiárias da pensão, ROSE MARY SOUZA ROCHA, MARIA VERALÚCIA DE SOUZA FERNANDES e ROSELINDA SOUZA CRUZ.

j. Seguindo essa linha de argumentação, não haveria o que se falar em cálculo do benefício à luz dos reajustes trazidos por normas diversas a partir de 2005, conforme pleiteado pela pensionista requerente. Conforme visto, a *diária de asilado* encontrar-se-ia vinculada ao valor da diária de alimentação e não ao soldo do posto ou da graduação do inativo ou do instituidor da pensão. Desde 04 out 05, o valor da *diária de alimentação* não sofreu qualquer modificação, razão pela qual teria sido lícita a *não alteração* das quantias recebidas pela interessada a esse título.

l. A contar de 04 out 05 até os dias atuais, portanto, o valor a que fariam jus, tanto a pensionista requerente, como as demais, a título de *diária de asilado*, deveria corresponder, a cada qual, a R\$ 214,80 (duzentos e quatorze reais e vinte centavos) mensais. Trata-se de aplicar exatamente o método de cálculo exposto pelo Cmdo da 7ª RM-7ª DE e ratificado pela 7ª ICFeX. Vale dizer não têm direito as aludidas beneficiárias aos R\$ 587,25 (quinhentos e oitenta e sete reais e vinte e cinco centavos) que vêm recebendo atualmente, ou mesmo aos R\$ 729,75 (setecentos e vinte e nove reais e setenta e cinco centavos) a que a pensionista requerente alega fazer jus.

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009	Pág 24	
----------	--	--------	--

(Continuação do Parecer 002 /AJ/SEF, de 22 de janeiro de 2009 – página 4)

m. Contudo, a questão mostra-se mais profunda. É preciso compreender que a *diária de asilado* é uma verba que não possui amparo legal para ser paga. Com o devido respeito, a Orientação Normativa nº 09-EMFA, de 1992, jamais poderia ter disciplinado o pagamento da mesma, eis que a Lei nº 8.237, de 1991, não a previu. Isso significa que a citada Orientação Normativa extrapolou o *poder regulamentar* na medida em que *criou* – ou, se preferir, *ressuscitou* – uma verba pecuniária sem previsão em lei, trazendo como supedâneo uma norma que havia sido revogada, a Lei nº 5.787, de 1972.

n. Desse modo, tem-se que desde 1991, quando do advento da Lei nº 8.237, a *diária de asilado* deveria ter sido suprimida da estrutura remuneratória de inativos e dos pensionistas, dada a ausência de previsão em lei. Nesse sentido, a Orientação Normativa nº 09-EMFA revelou-se ofensiva ao Princípio da Legalidade, constante do *caput* do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

o. De todo modo, tal Orientação tratou-se, na prática, de *ato administrativo que produziu feitos favoráveis aos administrados*. Por ter sido praticado há cerca de dezessete anos, resta proibido à administração *rever* o mesmo, de acordo com o art. 54 da Lei nº 9.784, de 29 jan 1999 (Lei do Processo Administrativo), salvo se comprovada a má fé do beneficiário. Verifique-se:

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

p. Dessa maneira, em que pese a ausência de amparo legal, cumpre à Administração continuar a pagar a *diária de asilado* no caso em tela a todas as beneficiárias. Contudo, em louvor ao Princípio da Autotutela da Administração, expresso na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, o método de cálculo para tanto deverá ser alterado, levando-se a efeito o previsto na citada Orientação Normativa nº 09-EMFA, de 1992, eis que não decorreram mais de cinco anos entre a *reversão* da pensão (ocorrida em 2005) e a data atual.

q. Sendo assim, o valor a que fazem jus as pensionistas interessadas, a título de *diária de asilado*, deverá ser ajustado dos atuais R\$ 587,25 (quinhentos e oitenta e sete reais e vinte e cinco centavos) para R\$ 214,80 (duzentos e quatorze reais e vinte centavos).

r. Contudo, essa adequação às normas aplicáveis somente poderá ser procedida depois da realização de processo administrativo, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999, em que se garanta às interessadas o exercício do contraditório e da ampla defesa, em obediência ao Princípio do Devido Processo Legal.

s. Vencido o processo administrativo e confirmando-se a necessidade de minoração dos valores pagos a título de *diária de asilado*, devem os Órgão Pagadores envolvidos (SIP/7 e SIP/10), informar o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as modificações nas pensões pagas às respectivas pensionistas, uma vez que a reversão do benefício já foi julgada *legal* por aquela egrégia Corte de Contas, conforme dados obtidos junto ao Sistema de Avaliação dos Atos de Admissão e Concessões (SISAC).

t. Superada a comunicação ao TCU, por fim, será permitido às Administrações competentes proceder à redução da *diária de asilado* em relação às pensionistas interessadas.

u. De qualquer maneira, não haverá o que se falar em restituição ao Erário dos valores recebidos a maior, a não ser que reste comprovada a má fé da interessada. Trata-se de aplicar a Súmula nº 34 da Advocacia-Geral da União: “*não estão sujeitos à repetição os valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, em decorrência de errônea ou inadequada interpretação da lei por parte da Administração Pública.*”

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	Pág 25	
----------	---	--------	--

(Continuação do Parecer 002 /AJ/SEF, de 22 de janeiro de 2009 – página 5)

6. CONCLUSÃO -

Isso posto, é de se afirmar que:

a. A despeito da ilegalidade quanto ao pagamento da diária de asilado, deve a mesma continuar a ser paga em virtude da aplicação do art. 54 da Lei nº 9.784, de 1999, eis que já decorridos dezessete anos desde a edição do ato que permitiu a manutenção do pagamento da verba até a data atual.

b. O método de cálculo da verba deve seguir o disposto na Orientação Normativa nº 09-EMFA, de 1992.

c. No que tange ao caso em tela, o valor do benefício devido à beneficiária requerente, MARIA GORET GOMES CAVALCANTE VIEIRA, bem como às demais, ROSE MARY SOUZA ROCHA, MARIA VERALÚCIA DE SOUZA FERNANDES e ROSELINDA SOUZA CRUZ, deve ser de R\$ 214,80 (duzentos e quatorze reais e vinte centavos), mês a mês, a teor da Orientação Normativa nº 09-EMFA, de 1992, cumulada com os artigos 163 e seguintes da Lei nº 5.787, de 1972, e com o Anexo II do Decreto nº 3.643, de 2000, com redação dada pelo Decreto nº 5.554, de 2005 .

d. Deve haver, portanto, uma readequação do valor pago às citadas beneficiárias. Para tanto, convém que a 7ª ICFeX seja instada a orientar os órgãos pagadores envolvidos (SIP/7 e SIP/10) a:

1) instaurar de processo administrativo nos termos da Lei nº 9.784, de 1999; e

2) informar o TCU sobre a necessidade de minoração dos valores, uma vez que a pensão já foi julgada *legal* no âmbito daquela Corte.

e. Vencidas as etapas constantes da alínea acima, por fim, devem aqueles órgãos pagadores proceder à aludida adequação dos valores da diária de asilado. Ressalte-se, contudo que somente na hipótese de comprovada má-fé por parte das interessadas haverá falar-se em restituição das quantias recebidas a maior, aplicando-se ao caso a Súmula nº 34 da AGU.

f. Convém que o Departamento-Geral do Pessoal (DGP) seja comunicado sobre o teor do presente assunto, eis que o mesmo se insere, também, no universo de competências daquele Órgão de Direção Setorial.

É o Parecer.

S.M.J.

GUSTAVO CASTRO ARAUJO – 1º Ten QCO - Direito
Adjunto da Assessoria Jurídica/SEF

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	<i>Pág 26</i>	
----------	---	---------------	--

(Continuação do Parecer 002 /AJ/SEF, de 22 de janeiro de 2009 – página 6)

De Acordo:

OCTAVIO AUGUSTO GUEDES DE FREITAS COSTA – Cel R/1

Rsp p/ Chefe da Assessoria Jurídica /SEF

7. DECISÃO –

Concordo com o presente parecer!

Encaminhe-se cópia ao DGP para conhecimento e à 7ª ICFEx para as necessárias providências.

Gen Div MARCIO ROSENDO DE MELO

Subsecretário de Economia e Finanças

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	<i>Pág 27</i>	
----------	---	---------------	--

ANEXO “D”

Julgados e normas do TCU de maior interesse para as UG, publicados em dezembro de 2008

- Assuntos: **CONVÊNIOS e LICITAÇÕES**. DOU de 12.12.2008, S. 1, p. 134. Ementa: execução irregular de convênio ... para reforma de unidade de saúde, caracterizada por irregularidades em procedimento licitatório, tais como: ausência da data do protocolo de recebimento da carta-convite; data de informação de certidão posterior à abertura do convite; datas das propostas posteriores a da abertura dos convites; celebração de contrato verbal; e empresa contratada com endereço fictício (item 1.6.1.3, TC- 029.462/2007-0, Acórdão nº 2.956/2008-Plenário).

- Assuntos: **CARTUCHO e EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA**. DOU de 12.12.2008, S. 1, p. 141. Ementa: ... nas licitações que realizaram, visando à aquisição de suprimentos de informática para equipamentos cuja garantia vigente exija materiais originais, explicita no edital, a possibilidade de aceitação de produtos de fabricantes distintos do fornecedor dos equipamentos a que se destinam (item 1.5, TC-027.580/2008-3, Acórdão nº 3.014/2008-Plenário).

- Assuntos: **PAGAMENTO e PROGRAMA DE INFORMÁTICA**. DOU de 12.12.2008, S. 1, p. 143. Ementa: ... em contratações de aquisição de licenças de uso de programas de computador, busque adequar, sempre que possível, a forma de pagamento à legislação vigente, em especial ao estabelecido no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986 c/c os arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964 e o art. 40, inc. XIV, da Lei nº 8.666/1993, evitando a previsão de pagamentos em única parcela para serviços a serem prestados durante prazo determinado e contínuo (item 9.4, TC-005.581/2008-4, Acórdão nº 3.031/2008-Plenário).

- Assunto: **COMBUSTÍVEL**. DOU de 12.12.2008, S. 1, p. 143. Ementa: recomendação ... para que adote como base, nas futuras licitações, ao estimar o preço dos combustíveis a serem adquiridos, o preço médio da distribuidora acrescido da estimativa do valor do frete (item 1.4.1.1, TC-002.140/2006-0, Acórdão nº 3.036/2008-Plenário).

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	Pág 28	
----------	---	--------	--

- Assunto: **LICITAÇÕES**. DOU de 12.12.2008, S. 1, p. 143. Ementa: recomendação ... para que avalie, em se tratando de licitação com fornecimento de bem ou serviço em âmbito nacional, a conveniência de realizar o certame em Brasília (item 1.4.1.2, TC-002.140/2006-0, Acórdão nº 3.036/2008-Plenário).

- Assunto: **COMBUSTÍVEL**. DOU de 12.12.2008, S. 1, p. 143. Ementa: determinação ... para que, em licitações para aquisição de combustíveis com gerenciamento de abastecimento de frota: a) abstenha-se de adotar como referência para a licitação o preço médio ao consumidor indicado nas tabelas da Agência Nacional do Petróleo (ANP), tendo em vista que o combustível poderá ser adquirido diretamente das distribuidoras; b) inclua no processo licitatório a justificativa para o parcelamento ou não do objeto, levando em consideração a viabilidade técnica e econômica para tal, a necessidade de aproveitar melhor as potencialidades do mercado e a possível ampliação da competitividade do certame, sem perda de economia de escala, consoante Súmula/TCU nº 247 e Lei nº 8.666/1993, art. 8º c/c art. 23, §§ 1º e 2º (itens 1.5.1.1 e 1.5.1.2, TC-002.140/2006-0, Acórdão nº 3.036/2008-Plenário).

- Assunto: **LICITAÇÕES**. DOU de 12.12.2008, S. 1, p. 144. Ementa: não aceitação pela Corte de Contas, relativamente a uma tomada de preços de 2008 ..., da falta de definição, em edital, do critério de aceitabilidade do preço máximo das propostas, em descumprimento ao art. 40, inc. X, da Lei nº 8.666/1993 (item 9.2.5, TC-021.656/2008-6, Acórdão nº 3.040/2008-Plenário).

- Assunto: **CONTRATOS**. DOU de 12.12.2008, S. 1, p. 147. Ementa: determinação ... para que somente prorrogue o prazo de vigência de um contrato de 2008 pelo estrito prazo necessário para a realização de novo processo licitatório, livre das ilegalidades encontradas no pregão de 2007 (item 9.3.1, TC- 000.951/2008-4, Acórdão nº 3.046/2008-Plenário).

- Assunto: **LIMPEZA**. DOU de 12.12.2008, S. 1, p. 154. Ementa: determinação ... para que, nas licitações para contratação de serviços de limpeza e conservação, atente para o disposto no art. 48 da IN/SLTI-MP nº 02/2008 (“Art. 48. Para cada tipo de Área Física deverá ser apresentado pelas proponentes o respectivo Preço Mensal Unitário por Metro Quadrado, calculado com base na Planilha de Custos e Formação de Preços, contida no Anexo III desta IN. Parágrafo único. O preço do Homem-Mês deverá ser calculado para cada categoria profissional, cada jornada de trabalho e nível de remuneração decorrente de adicionais legais”) (item 9.3.1, TC-017.711/2007-5, Acórdão nº 3.075/2008-Plenário).

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	Pág 29	
----------	---	--------	--

Anexo “E”

SIMPÓSIO DA ADMINISTRAÇÃO DA UG 2009 (COLETÂNEA)



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral/1841)**

SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO

A Administração Pública, assim como as demais áreas sociais, encontram-se em constante evolução doutrinária e tecnológica, e, nesse sentido, a sedimentação e o aprimoramento daqueles conhecimentos já consagrados, bem como a absorção das novas idéias e tendências, faz parte do constante e imperioso aprendizado que é exigido de todos os profissionais envolvidos na gestão de recursos públicos.

A compreensão de complexos procedimentos técnicos, em constante mutação devido ao grande volume de normas legais que são publicadas diariamente, pelos diversos agentes governamentais, faz parte do principal desafio a ser enfrentado, diuturnamente, por todo aquele que lida rotineira ou esporadicamente com bens, direitos e obrigações públicas.

Assim sendo, a Secretaria de Economia e Finanças (SEF), ciente de que a efetiva capacitação e o exaustivo treinamento dos recursos humanos é a melhor maneira para se evitar impropriedades e/ou irregularidades administrativas, elaborou uma lista de assuntos e procedimentos que deverão, constantemente, ser objeto de simpósios e/ou instruções para todos os agentes da administração.

Para elaboração da presente lista, a SEF levou em consideração aqueles assuntos que, num primeiro momento, foram julgados mais importantes pelos seguintes motivos:

- é fundamental que, antes de assumir a função, todo agente da administração tome conhecimento de todas as atribuições e responsabilidades inerentes ao seu respectivo cargo;
- os militares ou civis que atuam na área administrativa, mesmo que esporadicamente, também precisam estar atualizados e concatenados com as exigências impostas pela legislação vigente;
- é extremamente importante para o Exército que todos os seus quadros estejam capacitados a agir como elementos avançados do controle interno.

As palestras disponibilizadas por esta Secretaria constituem uma base mínima de conhecimentos que devem ser ministrados objetivando o preparo dos agentes da administração.

ASSUNTOS PARA O SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO

01. ATRIBUIÇÕES DOS AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO (RESPONSÁVE: A2/SEF)

- a. Preceitos para os agentes da Administração;
- b. Ordenador de Despesas;
- c. Fiscal Administrativo;
- d. Encarregado do Setor de Aquisições/Almoxarifado;
- e. Encarregado do Setor de Aprovisionamento;
- f. Encarregado do Setor de Finanças;
- g. Encarregado do Setor de Pessoal;
- h. Encarregado da Conformidade dos Registros de Gestão.

Onde encontrar:

- Regulamento de Administração do Exército – R-3;
- Regulamento Interno e dos Serviços Gerais – RISG;
- www.sef.eb.mil.br - Legislação – Orientações Técnicas da SEF;
- SIAFI – Rol de Responsáveis.

Sugestão para palestrante: Ordenador de Despesas

Clique e baixe a palestra da SEF: [Atribuições dos Agentes da Administração.](#)

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	Pág 30	
----------	---	--------	--

02. ORIENTAÇÕES AOS AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O EMPREGO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA AÇÃO 2000/PAA (RESPONSÁVEL: DGO)

- a.Despesas relativas ao funcionamento da vida vegetativa das OM;
- b.Concessionárias de Serviço Público: medidas de economia e controle;
- c.Contratos: tipos e como solicitar crédito para essa despesa;
- d.Despesas especiais: tipos e como solicitar crédito;
- e.Ficha Cadastro: importância para a vida administrativa da OM;
- f.Levantamento das necessidades em material de consumo e serviços;
- g.Despesas de exercícios anteriores.

Onde encontrar:

- www.sef.eb.mil/dgo/orientações aos agentes da Adm;
- Port Min 1.054, de 11 de dezembro de 1997;
- MSF SIAFI nº 2004/1003739, de 08 de novembro de 2004, da SEF.

Sugestão para palestrante: Fiscal Administrativo

Clique e baixe a palestra da SEF: [O Emprego de Recursos da Ação 2000-PAA](#)

03. Fundo do Exército – Procedimentos (Responsável: DGO)

- a. Solicitação de crédito sem sub-repasse à UG 167086 (Fundo do Exército). Abordar: cada fonte uma mensagem SIAFI; incluir a ND, o valor e a finalidade (descrita sucintamente, porém precisa).
- b. Solicitação de crédito para a fonte 0270250010 é exclusiva para a Mnt PNR. O crédito só poderá ser solicitado nas ND 30 ou 39. Em caráter excepcional, na ND 52, informando o material permanente a ser adquirido;
- c. Solicitação de crédito com sub-repasse é realizada, por intermédio da RM de vinculação, ao Órgão de Direção Setorial gestor do material ou serviço;
- d. Não solicitar numerário referente ao crédito com sub-repasse. Ele é desembolsado em até 08 (oito) dias úteis após a liquidação;
- e. Solicitação de crédito para atender a obra de emergência, por intermédio da RM de vinculação, para o DEC;
- f. Indenização de danos causados a terceiros: consultar a IG 10-44 (Portaria Ministerial 1.250, de 26 de novembro de 1981);
- g. Tabela de código de receita do Órgão Fundo do Exército (recolhimento via GRU): acessar ao endereço <http://www.sef.eb.mil.br/DGO/default.htm>, no link SGFeX, e buscar a tabela de código de receita do Fundo do Exército;
- h. Recolhimento de receitas – como proceder?
 - Receita que ingressa na conta única;
 - Receita oriunda de descontos em folha de pagamento;
 - Tabela de código de receita do Órgão Fundo do Exército (recolhimento via GRU).
- i. Restos a pagar: o numerário não é sub-repassado automaticamente. A UG deverá solicitá-lo, via Msg SIAFI, informando o nº do empenho, fonte de recurso e valor;
- j. Aplicação de recursos financeiros na poupança;
- k. Resgate de aplicação: como proceder?
 - Resgate somente do numerário;
 - Resgate do numerário com a solicitação de crédito.

Onde encontrar:

- www.sef.eb.mil/dgo/sgfex;
- Port Min 1.250, de 26 de novembro de 1981 (IG 10-44);
- MSG SIAFI 1999/197996 e 198012, de 12 de maio de 1999, do Fundo do Exército;
- MSG SIAFI nº 2005/0145768, de 01 de fevereiro de 2005;
- MSG SIAFI nº 2004/4085500, de 15 de junho de 2004;
- Portaria nº 004-SEF, de 16 de julho de 1999.

Sugestão para palestrante: Fiscal Administrativo

Clique e baixe a palestra da SEF: [Procedimentos na Unidade Orçamentária Fundo do Exército](#)

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	Pág 31	
----------	---	--------	--

04. Segurança do SIAFI – Recomendações (Responsável: A2/SEF)

- a. Conformidade de Operadores;
- b. Destruição de Documentos Contábeis.

Onde encontrar:

- Manual SIAFI;
- Port 011-SEF de 17 de outubro de 1995 - Normas para o Arquivamento e a Destruição de Documentos Contábeis;

Sugestão para palestrante: Responsável pela Conformidade dos Registros de Gestão.

Clique e baixe a palestra da SEF: [Segurança no SIAFI](#).

05. Licitações e Contratos (Responsável: 11ª ICFEx)

- a. Licitações e contratos.

Onde encontrar:

- Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993;
- Port Min 305, de 24 de Maio de 1995 (IG 12-02).
- Cartilha e folder "Combate a cartéis em licitações", disponível no sítio: www.mt.gov.br

Sugestão para palestrante: Encarregado do Setor de Material (Almoxarife).

Clique e baixe a palestra da SEF: [Licitações e Contratos](#).

06. Exame de Pagamento de Pessoal (Responsável: CPEX)

- a. Importância do exame;
- b. Problemas mais comuns;
- c. Controle de efetivo;
- d. Estudo da Legislação;
- e. Geração de direitos;
- f. Controle do Pagamento do Efetivo Variável.

Onde encontrar:

- Port 009-SEF, de 28 de abril de 2004;
- MP 2215-10, de 31 de agosto de 2001;
- Dec 4.307, de 18 de junho de 2002 (regulamenta a MP 2215-10);
- NI 01/03 - CPEX, de 11 Jun 03 (FAP digital e segurança dos arquivos de pagamento);
- Of 543 - SAPes/D Aud – Circ, de 22 Ago 02 (Medidas de Controle de Pagamento de Pessoal).

Sugestão para palestrante: Encarregado do Setor de Pessoal

Clique e baixe a palestra da SEF: [Exame de Pagamento de Pessoal](#).

07. Reunião de Prestação de Contas Mensal – Importância (Responsável: A2/SEF)

- a. Atualização do Rol dos Responsáveis;
- b. Verificação do saldo da conta contábil Depósito de Terceiros;
- c. Verificação do saldo da conta contábil Crédito Disponível;
- d. Situação do pagamento das despesas com as Concessionárias de Serviço Público;
- e. Verificação do saldo na conta contábil Bens Móveis em Trânsito;
- e. Relatório de gestão.

Onde encontrar:

- Manual SIAFI;
- Port 09- SEF, de 09 de junho de 1997;
- Port 10-SEF, de 23 de junho de 1997;
- Port 006-SEF, de 22 de novembro de 2000.

Sugestão para palestrante: Encarregado do Setor Financeiro

Clique e baixe a palestra da SEF: [Reunião de Prestação de Contas Mensal](#).

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	Pág 32	
----------	---	--------	--

08. Sistemas de Controle – Transparência no emprego dos recursos públicos (Responsável: A2/SEF)

- a. SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal;
 - Contas a Pagar e a Receber (CPR);
- b. SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais;
- c. Módulos do SIASG em uso pelo EB:
 - SICAF: Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;
 - SÍDEC: Sistema de Divulgação Eletrônico de Compras;
 - SISRP: Sistema de Registro de Preços (SRP);
 - SICON: Sistema de Gestão de Contratos;
 - SISME: Sistema de Minuta de Empenho.

Onde encontrar:

- Manual SIAFI;
- Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986;
- Portaria 07-EME, de 19 de março de 2002;
- Manuais do SIASG na Página da Internet do MPOG (<http://www.comprasnet.gov.br/> > Publicações > Manuais).

Sugestão para palestrante: Encarregado do Setor Financeiro

Clique e baixe a palestra da SEF: [Sistemas de Controle - SIAFI-SIASG.](#)

09. Execução Financeira, Controle Patrimonial (SIMATEX – Sistema de Material do Exército) e Análise Contábil (Responsável: D Cont)

Onde encontrar:

a. Execução Financeira

Lei Nr 4.320, de 17 Mar 64 - estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do DF;
 Manual SIAFI – Programação e Execução Financeira – Cód 02.03.03;
 Contabilidade Pública, Orçamento Público, Lei de Responsabilidade Fiscal (João Batista Fortes de Souza Pires- 7ª edição);
 Msg SIAFI Nr 20060775517/ D Cont, de 26 Mai 06 (destaque);
 Msg SIAFI Nr 20060529548 e 20060531489-COFIN/STN, de 22 Mai 06 (GRU);
 Msg SIAFI Nr 20050762670/ D Cont, de 15 Jul 05 (Recolhimento de contribuições);
 Msg SIAFI Nr 2000273556/D Cont, de 16 Mar 06 (Recolhimento de contribuições).

a. Controle Patrimonial (SIMATEX – Sistema de Material do Exército)

- Portaria Nr 398 – Cmt Ex, de 03 Ago 00;
- Portaria Nr 083 – EME, de 07 Ago 00;
- Portaria Nr 017 – EME, de 19 Mar 02;
- Portaria Nr 047 – EME, de 22 Mai 02;
- Portaria Nr 014 – DLog, de 20 Ago 02;
- Manuais dos Usuários (disponíveis por módulo);
- Página eletrônica do SIMATEX – SIMATEX.cds.eb.mil.br (EBNet).

b. Análise Contábil

- Macrofunção nº 02.10.03, do Manual SIAFI);
- Port 009-SEF de 13 Dez 99.

Sugestão para palestrante: Fiscal Administrativo.

Clique e baixe a palestra da SEF: [Execução Financeira, Controle Patrimonial \(SIMATEX\) e Análise Contábil](#)

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	Pág 33	
----------	---	--------	--

10. Apuração de Irregularidades Administrativas (Responsável: DAud)

Onde encontrar:

- Port 008-SEF, de 23 de dezembro de 2003 (BE nº 52, de 26 de dezembro de 2003);
- Pág Web da 11ª ICFEx: http://www.sef.eb.mil.br/11icfex/internet_icfex_palestras.htm.

Sugestão para palestrante: Comandante, Chefe ou Diretor da OM

Clique e baixe a palestra da SEF: [Apuração de Irregularidades Administrativas](#)

11. Suprimento de Fundos (Responsável: 11ª ICFEx)

- a. O Agente Suprido;
- b. Vantagens e desvantagens do suprimento de fundos;
- c. Os limites para gastos com suprimento de fundos;
- d. Prestação de contas do suprimento de fundos;
- e. Pedido de Aquisição de Material e /ou Serviço;

Onde encontrar:

- Portaria Normativa Nº 1.403, de 26 de outubro de 2007, do Min Defesa;
- Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993;
- Port Min 305, de 24 de Maio de 1995 (IG 12-02);
- Port 012-SEF, de 16 de junho de 2008 - Uso do CPGF no EB;
- Port 558-Cmt Ex, de 28 de julho de 2008 - Delega competência para prática de atos administrativos - Suprimento de Fundos acima de R\$8.000,00;
- Macrofunção 02.11.21 do Manual SIAFI - Suprimento de Fundos

Sugestão para palestrante: Encarregado do Setor Financeiro.

Clique e baixe a palestra da SEF: [Suprimento de Fundos](#).

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	Pág 34	
----------	---	--------	--

**SOBRE O ASSUNTO EM EPÍGRAFE, ESTA INSPETORIA RECEBEU DA SEF,
AS MENSAGENS ABAIXO TRANSCRITAS:**

MSG SIAFI 2009/0033455, de 07 Jul 09, da SEF

ASSUNTO: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA UG 2009 - A/2 SEF

DO: SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

AO: - TODOS OS ORDENADORES DE DESPESA

1. VISANDO DAR CONTINUIDADE AO PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO DOS AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO DAS UG, ESTA SECRETARIA RECOMENDA A TODOS OS ORDENADORES DE DESPESA QUE - A EXEMPLO DO QUE TRADICIONALMENTE SE FAZ NA ÁREA OPERACIONAL - FAÇAM FUNCIONAR EM SUAS UG, NESTE INÍCIO DE EXERCÍCIO, O SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DAS UG.

2. PARA TANTO, A SEF ESTÁ DISPONIBILIZANDO NO SÍTIO WWW.SEF.EB.MIL.BR UMA COLETÂNEA PARA EMBASAR AS INSTRUÇÕES, COM PROPOSTAS DE ASSUNTOS E MODELOS DE PALESTRAS, BEM COMO COLOCA A ICFEX DE VINCULAÇÃO A DISPOSIÇÃO PARA ESCLARECIMENTOS E, NA MEDIDA DO POSSÍVEL, APOIAR A UG.

3. PARA O ADEQUADO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES, TÃO ESSENCIAL À CORRETA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS, ENFATIZO A NECESSIDADE, POR PARTE DOS AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO, DA LEITURA APURADA DA LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CONHECIMENTO PRÉVIO DOS ENCARGOS INERENTES À FUNÇÃO E, SOBRETUDO, DO RISG E, NO QUE COUBER, DO RAE.

4. ESTA CAPACITAÇÃO DEVERÁ OCORRER ATÉ 30 ABR 09. AS UG DEVERÃO FAZER PUBLICAR A SUA REALIZAÇÃO EM BOLETIM INTERNO (BI) E CIENTIFICAR ATÉ 08 MAI 09, A SUA ICFEX DE VINCULAÇÃO, INFORMANDO O NÚMERO E A DATA DO REFERIDO BI.

5. AS ICFEX DEVERÃO CONSOLIDAR ESTAS INFORMAÇÕES E TRANSMITÍLAS À SEF, ATÉ 18 MAI 09.

6. ESTA SECRETARIA TAMBÉM ENFATIZA A PARTICIPAÇÃO, NO SIMPÓSIO, DE TODOS OS QUADROS DA OM E NÃO APENAS DOS ATUAIS AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO.

BRASÍLIA - DF, 07 DE JANEIRO DE 2009

GEN BDA CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO
RESP P/ SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	Pág 35	
----------	---	--------	--

MSG SIAFI 2009/0131217, de 27 Jan 09, da SEF

ASSUNTO: REALIZAÇÃO DO SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO NAS UG - A/2 SEF

DO: SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

AOS: SENHORES CHEFES DE ICFeX

REF: A. MSG SIAFI 2009/0033451, DE 07 DE JAN DE 2009, DESTINADA A TODOS OS OD; E
B. MSG SIAFI 2009/0033455, DE 07 DE JAN DE 2009, DESTINADA A TODOS OS CH DE ICFeX.

1. INFORMO A ESSA CHEFIA QUE DE ACORDO COM OS DOCUMENTOS DA REFERÊNCIA, ESTA SECRETARIA ORIENTOU TODOS OS ORDENADORES DE DESPESAS (OD) E CHEFES DE ICFeX SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NO CORRENTE EXERCÍCIO FINANCEIRO, PARA REALIZAÇÃO DO SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO.

2. NESTA OPORTUNIDADE, ESTE SUBSECRETÁRIO JULGA OPORTUNO ALERTAR OS CHEFES DE ICFeX QUE A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS DE ATUALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, PALESTRAS E TREINAMENTOS - CONDUZIDOS PELAS PRÓPRIAS SETORIAIS CONTÁBEIS - NÃO EXIME OS OD DA RESPONSABILIDADE DE PROMOVEREM, INTERNA E OBRIGATORIAMENTE, NAS SUAS UNIDADES GESTORAS (UG), A EFETIVA REALIZAÇÃO DO SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO E A RESPECTIVA PUBLICAÇÃO EM BOLETIM INTERNO (BI), DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA.

BRASÍLIA - DF, 27 DE JANEIRO DE 2009.

GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	Pág 36	
----------	---	--------	--

SOBRE O ASSUNTO SUPRACITADO, ESTA INSPETORIA ENCAMINHOU ÀS UG VINCULADAS, A MENSAGEM ABAIXO TRANSCRITA

MENSAGEM SIAFI: 2009/0048343 de 09/01/09, desta Inspetoria.

ASSUNTO: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA UG 2009

DO CH DA 7ª ICFEX

AO SRS ORDENADORES DE DESPESAS

REF: MSG SIAFI 2009/0033455, DE 07/01/09, DA SEF.

1. TRATA A PRESENTE MENSAGEM SOBRE A REALIZAÇÃO DO SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA UG 2009.
2. RELEMBRO AOS SENHORES OD, QUE ANUALMENTE A SEF DETERMINA QUE CADA UG REALIZE O SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO.
3. PARA TANTO, A SEF DISPONIBILIZOU NO SÍTIO WWW.SEF.EB.MIL.BR, UMA COLETÂNEA PARA EMBASAR AS INSTRUÇÕES, COM PROPOSTAS DE ASSUNTOS E MODELOS DE PALESTRAS.
4. PARA O ADEQUADO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES, TÃO ESSENCIAL À CORRETA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS, ENFATIZO A NECESSIDADE, POR PARTE DOS AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO, DA LEITURA APURADA DA LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CONHECIMENTO PRÉVIO DOS ENCARGOS INERENTES À FUNÇÃO E, SOBRETUDO, DO RISG E, NO QUE COUBER, DO RAE.
5. INFORMO-VOS, AINDA, QUE OS SENHORES OD DEVERÃO ATENTAR PARA O ITEM 4 DA MSG ACIMA REFERENCIADA, POIS ESTA ICFEX DEVERÁ CONSOLIDAR TODAS AS INFORMAÇÕES DAS UG VINCULADAS E TRANSMITÍ-LAS À SEF, CONFORME DETERMINAÇÃO CONTIDA NO ITEM 5 DA MSG SUPRACITADA.

RECIFE-PE, 09 DE JANEIRO DE 2009

GERALDO LUIZ DOS SANTOS - TEN CEL INT
RESP P/ CHEFIA DA 7ª ICFEX

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009	Pág 37	
----------	--	--------	--

ANEXO “F”

RESPONSABILIDADE PREVIDENCIÁRIA SOLIDÁRIA

Sobre o assunto em epígrafe, a 12ª ICFEx encaminhou consulta a SEF, conforme consta dos ofícios abaixo transcritos:

“Manaus, 09 de outubro de 2008. - Of nº 028-S1 - Do Chefe da 12ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército. - Ao Sr Subsecretário de Economia e Finanças. - Assunto: responsabilidade previdenciária solidária (CONSULTA). - Anexo: - cópia do Of nº 041-Set Fin, de 26 Set 08, do Cmdo 2º Gpt E - 1. Versa o presente expediente sobre responsabilidade previdenciária solidária. - 2. A situação apresentada é a do Ordenador de Despesa (OD) da Comando do 2º Grupamento de Engenharia (Cmdo 2º Gpt E), Unidade Gestora vinculada a esta Setorial Contábil, sobre responsabilidade previdenciária solidária, conforme a seguir: - a. o Cmdo 2º Gpt E realizou processo licitatório para contratar empreiteira para executar as obras de construção das pontes sobre o Rios Tupana e Castanho, na BR 319, ambas no estado do Amazonas; - b. aquele OD aborda que todos os tipos de contratos de prestação de serviço elencados nos Art 145 e 146 da Instrução Normativa (IN) nº 03-MPS/SRP, de 14 Jul 05 devem ter, retidos na fonte e recolhidos à previdência social, onze por cento do valor da nota fiscal, entretanto, especificamente para o caso de contrato de prestação de serviço de construção civil, a Unidade Gestora estaria isenta da responsabilidade solidária quanto aos encargos previdenciários, não sendo necessária a retenção e o recolhimento do percentual supracitado. O amparo, segundo o OD, seria o Art 184 da IN 03/2005; - c. por analogia, aquele OD entende ainda ser válido que tal elisão de responsabilidade abrangeria ainda as obrigações acessórias e, assim, não seria necessário que aquela UG exigisse do contratado cópias das GFIP com informações específicas da obra e guardá-las pelo prazo de dez anos, conforme estabelece a IN 03 em seu Art. 425; e - d. para todos estes questionamentos, aquela UG referenciou a IN 03-MPS/SRP, de 14 Jul 05. - 3. Apresento a V Exa a legislação estudada acerca do assunto: - **a. Lei nº 8.666, de 21 Jun 93 – Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. - § 1º A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis. - § 2º A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. (grifo nosso) - b. Lei nº 8.212, de 24 Jul 91 – Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências - Art. 31. A empresa contratante de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário, deverá reter 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços e recolher a importância retida até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura em nome da empresa cedente da mão-de-obra, observado o disposto no § 5º do art. 33 desta Lei. - (...) - § 3º Para os fins desta Lei, entende-se como cessão de mão-de-obra a colocação à disposição do contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de segurados que realizem serviços contínuos, relacionados ou não com a atividade-fim da empresa, quaisquer que sejam a natureza e a forma de contratação - § 4º Enquadram-se na situação prevista no parágrafo anterior, além de outros estabelecidos em regulamento, os seguintes serviços: - I - limpeza, conservação e zeladoria; - II - vigilância e segurança; - III - empreitada de mão-de-obra; (grifo nosso) - IV - contratação de trabalho temporário na forma da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974.**

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009	Pág 38	
----------	--	--------	--

- c. Decreto nº 3.048, de 06 Mai 99 – Aprova o Regulamento da Previdência Social (RPS) e dá outras providências

- Art.219. A empresa contratante de serviços executados mediante cessão ou empreitada de mão-de obra, inclusive em regime de trabalho temporário, deverá reter onze por cento do valor bruto da nota fiscal, fatura ou recibo de prestação de serviços e recolher a importância retida em nome da empresa contratada, observado o disposto no § 5º do art. 216.(grifo nosso) - **d. Instrução Normativa nº 3-MPS/SRP, de 14 Jul 05 – Dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Previdenciária - SRP e dá outras providências.** - Art. 140. A empresa contratante de serviços prestados mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada, inclusive em regime de trabalho temporário, a partir da competência fevereiro de 1999, deverá reter onze por cento do valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços e recolher à Previdência Social a importância retida, em documento de arrecadação identificado com a denominação social e o CNPJ da empresa contratada, observado o disposto no art. 93 e no art. 172. (grifo nosso) - (...) - Art. 145. Estarão sujeitos à retenção, se contratados mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada, observado o disposto no art. 176, os serviços de: - (...) - III - construção civil, que envolvam a construção, a demolição, a reforma ou o acréscimo de edificações ou de qualquer benfeitoria agregada ao solo ou ao subsolo ou obras complementares que se integrem a esse conjunto, tais como a reparação de jardins ou passeios, a colocação de grades ou de instrumentos de recreação, de urbanização ou de sinalização de rodovias ou de vias públicas; - (...) - Art. 155 (...) - § 2º A contratada, juntamente com a sua nota fiscal, fatura ou recibo de prestação de serviços, deverá encaminhar à contratante cópia: - I - das notas fiscais, das faturas ou dos recibos de prestação de serviços das subcontratadas com o destaque da retenção; - II - dos comprovantes de arrecadação dos valores retidos das subcontratadas; - III - das GFIP, elaboradas pelas subcontratadas, onde conste no campo “CNPJ/CEI do tomador/obra”, o CNPJ da contratada ou a matrícula CEI da obra e, no campo “Denominação social do tomador/obra”, a denominação social da empresa contratada. (grifo nosso) - (...) - Art. 165. A empresa contratante fica obrigada a manter em arquivo, por empresa contratada, em ordem cronológica, durante o prazo de dez anos, as correspondentes notas fiscais, faturas ou recibos de prestação de serviços, cópia das GFIP e, se for o caso, dos documentos relacionados no § 2º do art. 155. (grifo nosso) - (...) - Art. 179. São responsáveis solidários pelo cumprimento da obrigação previdenciária principal: - (...) - VII - o órgão público da administração direta, a autarquia e a fundação de direito público: - a) no período anterior ao Decreto lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, quando contratar obra de construção civil, reforma ou acréscimo, bem como quando contratar serviços mediante cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário; e - b) no período de 29 de abril de 1995 a 31 de janeiro de 1999, quando contratar serviços mediante cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário. - (...) - Art. 184. O órgão público da administração direta, a autarquia e a fundação de direito público, na contratação de obra de construção civil por empreitada total, não respondem solidariamente pelas contribuições sociais previdenciárias decorrentes da execução do contrato, ressalvado o disposto no inciso VII do art. 179. (grifo nosso) - (...) - Art. 191. A contratante de empreitada total poderá elidir-se da responsabilidade solidária mediante a retenção de onze por cento do valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços contra ela emitido pela contratada, a comprovação do recolhimento do valor retido, na forma prevista no Capítulo IX do Título II, e a apresentação da documentação comprobatória do gerenciamento dos riscos ocupacionais, na forma prevista no art. 381, observado o disposto no art. 172 (grifo nosso) - § 1º A contratante efetuará o recolhimento do valor retido em documento de arrecadação identificado com a matrícula CEI da obra de construção civil e a denominação social da contratada. - (...) - Art. 413. Considera-se: - I - obra de construção civil, a construção, a demolição, a reforma, a ampliação de edificação ou qualquer outra benfeitoria agregada ao solo ou ao subsolo, conforme discriminação no Anexo XIII; - (...) - XXVIII - contrato de construção civil ou contrato de empreitada (também conhecido como contrato de execução de obra, contrato de obra ou contrato de edificação), aquele

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009	Pág 39	
----------	--	--------	--

celebrado entre o proprietário do imóvel, o incorporador, o dono da obra ou o condômino e uma empresa, para a execução de obra ou serviço de construção civil, no todo ou em parte, podendo ser: - a) total, quando celebrado exclusivamente com empresa construtora, definida no inciso XX, que assume a responsabilidade direta pela execução de todos os serviços necessários à realização da obra, compreendidos em todos os projetos a ela inerentes, com ou sem fornecimento de material; - b) parcial, quando celebrado com empresa construtora ou prestadora de serviços na área de construção civil, para execução de parte da obra, com ou sem fornecimento de material; - (...) - Art. 416. São responsáveis pelas obrigações previdenciárias decorrentes de execução de obra de construção civil, o proprietário do imóvel, o dono da obra, o incorporador, o condômino da unidade imobiliária não incorporada na forma da [Lei nº 4.591, de 1964](#), e a empresa construtora, observado, quanto às obrigações previdenciárias decorrentes de solidariedade, o disposto no inciso IV do § 2º do art. 178 (grifo nosso) - (...) - Art. 425. A empresa contratante é obrigada a manter em arquivo, por empresa contratada, em ordem cronológica, durante o prazo de dez anos, as notas fiscais, as faturas ou os recibos de prestação de serviços e as correspondentes GFIP e, se for o caso, as cópias dos documentos relacionados no § 2º do art. 155, por disposição expressa no § 6º do art. 219 do RPS. (grifo nosso) - Parágrafo único. Para os fins do caput, a empresa contratante deverá exigir as cópias das GFIP emitidas pelas empresas contratadas, com informações específicas para a obra e identificação de todos os segurados que executaram serviços na obra e suas respectivas remunerações (grifo nosso) - 4. Esta Inspeção buscou, ainda, informações no sítio institucional do Ministério da Previdência Social, obtendo as seguintes informações no endereço citado a seguir: - (http://www.previdenciasocial.gov.br/pg_secundarias/paginas_perfis/perfil_Empregador_02_06.asp) - A responsabilidade solidária será elidida:- - Com a comprovação do recolhimento das contribuições incidentes sobre a remuneração dos segurados, incluída em nota fiscal, fatura ou recibo correspondente aos serviços executados, corroborada quando for o caso, por escrituração contábil; e - Com a comprovação do recolhimento das contribuições incidentes sobre a remuneração dos segurados, aferidas por arbitramento nos termos, forma e percentuais previstos na legislação previdenciária. - Quando da quitação da nota fiscal, fatura ou recibo, o contratante deverá exigir da empresa construtora os documentos abaixo, elaborados especificamente para cada obra de construção civil: - cópia da GPS recolhida na matrícula da obra; - cópia da folha de pagamento, até a competência 12/98; - cópia da GFIP com comprovante de entrega, a partir de 01/99; e - - declaração de que possui escrituração contábil firmada pelo contador e responsável pela empresa e que os valores ora apresentados encontram-se devidamente contabilizados. - 5. Diante das considerações apresentadas esta Chefia entende que: - a. a Lei de Licitações em seu Art 71, § 2º deixa claro que a Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários fazendo referência à retenção obrigatória dos onze por cento previsto na Lei nº 8.212, em seu Art. 31; - b. a IN nº 03/2005, por ser norma inferior, não poderia ir de encontro ao previsto na regulamentação da seguridade social. Assim, o Art. 191 normatiza que a elisão de responsabilidade por parte da contratante ocorre mediante a retenção de onze por cento do valor bruto da nota fiscal, ou seja, a partir do momento em que a Administração Pública realiza a sua retenção, deixa de ser solidária com a contratada, caso esta última incorra em algum tipo de inadimplência com suas obrigações previdenciárias; - c. entretanto e salvo melhor juízo, mesmo a contratante não sendo solidária, por se tratar de órgão integrante da Administração Pública, cabe-lhe o dever de fiscalizar e acompanhar para que o contratado mantenha suas condições de habilitação, entre elas a regularidade relativa à seguridade social (inc IV, do Art 29, da Lei nº 8.666/93), que permitiram que fosse o vencedor do certame licitatório, conforme determina o inciso XIII, do Art 55, do mesmo comando legal; - d. aqui, cabe destacar, também, a Instrução Normativa nº 05-MARE, de 21 Jul 95 que estabelece procedimentos destinados à implantação e operacionalização do Sistema de Cadastramento Unificado de Serviços Gerais (SICAF). Em seu itens 8.7 e 8.8 é estabelecido que existe a necessidade de realizar a consulta “on line” ao SICAF para verificar as condições de habilitação do fornecedor, nos termos dos Art 27 a 32 da Lei nº 8.666/93, **previamente à contratação e antes de cada pagamento**; e -

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 30 de janeiro de 2009</i>	Pág 40	
----------	---	--------	--

e. desta forma, não há que se falar em elisão de responsabilidades acessórias, uma vez que o Art 425, da IN 03-MPS-SRP/2005 obriga a empresa contratante, mesmo que seja órgão público da administração direta, autarquia ou fundação de direito público, a manter pelo prazo de 10 (dez) anos as notas fiscais, faturas, recibos, GFIP e os demais documentos relacionados no §2º do Art 155 da mesma instrução normativa. - 6. Isto posto, no entendimento desta Setorial, mesmo para o caso específico de construção civil, a Unidade Gestora **deverá** realizar a retenção de 11 (onze) por cento do valor bruto da nota fiscal, havendo, conforme a previsão da IN 03/2005, a elisão da responsabilidade solidária apenas a partir de então. Entretanto, cabe a Administração Pública o poder-dever de fiscalizar se a empresa contratada encontra-se em dia com as obrigações previdenciárias no intuito de cumprir as condições de habilitação previstas na Lei nº 8.666/93 e, também, manter em arquivo, as cópias das GFIP e demais documentos citados no Art 425 e no § 2º do Art 155, ambos da IN 03-MPS-SRP/2005, guardando-os pelo prazo de 10 (dez) anos. - 7. Destarte, submeto o presente assunto à apreciação de V Exa, para as orientações julgadas cabíveis. - **MILTON PEREIRA DE ALBUQUERQUE JUNIOR – Cel - Chefe da 12ª ICFEx**

A SEF respondeu com o ofício abaixo transcrito:

Brasília, 23 de outubro de 2008. - Of nº 129-A/2 - Do Subsecretário de Economia e Finanças - Ao Sr. Chefe da 12ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército. - Assunto: responsabilidade previdenciária solidária - Ref: Of nº 028-S/1, de 09 Out 08, dessa ICFEx - 1. O presente expediente versa sobre a responsabilidade solidária de Unidade Gestora (UG) contratante de obras de construção civil por empreitada total. - 2. Com fulcro na Instrução Normativa nº 3-MPS/SRP, de 14 de julho de 2005, que dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais administrativas pela Secretaria da Receita Previdenciária – SRP e dá outras providências, esta Secretaria apresenta a essa Inspeção as observações que se seguem. - a. Conforme dispõe o art. 190 da IN nº 3- MPS/SRP, de 15 Jul 05 (atualizada), a responsabilidade solidária da Unidade Gestora (UG) na contratação civil mediante empreitada total, a partir de fevereiro de 1999, observado o disposto no art. 184, será extinta com a comprovação do recolhimento, conforme o caso: - I - - II - - III – das retenções efetuadas pela empresa contratante, no uso da faculdade prevista no art. 191, com base nas notas fiscais, faturas ou recibos de prestação de serviços emitidos pela construtora contratada mediante empreitada total. - b. A UG, quando utilizar a faculdade contida no art. 191, somente terá que comprovar a retenção e o recolhimento de 11% (onze por cento), com base nos documentos de despesa acrescidos de cópia da GFIP e outros documentos recebidos da contratada, conforme o art. 161. - c. A documentação de que trata o item b anterior, nos termos do art. 165, deverá ficar arquivada na UG pelo prazo de 10 (dez) anos. - d. Caso a UG não utilize a mencionada faculdade (art. 191), terá responsabilidade solidária e deverá cumprir as obrigações acessórias contidas nos arts. 165 e 425. - e. Cabe ressaltar a necessidade de estimular a UG no sentido de efetuar as retenções de INSS na fonte, pois, não fazendo essa opção, a documentação de que trata o item b acima deverá ficar guardada por, no mínimo 10 (dez) anos, em virtude da possibilidade de acionamento futuro, como responsável para cumprir as obrigações principal e acessória, inclusive de pagamento, por falha da contratada perante a Previdência Social. - 3. Consubstanciada nas observações acima descritas, esta Secretaria concorda com o entendimento dessa Inspeção. - Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA – Subsecretário de Economia e Finanças.